



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

**MAMADU BACIRO BALDE**

**ADAPTAÇÕES FONÉTICO-FONOLÓGICAS DE EMPRÉSTIMOS DO  
PORTUGUÊS PARA O GUINEENSE**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

**MAMADU BACIRO BALDE**

**ADAPTAÇÕES FONÉTICO-FONOLÓGICAS DE EMPRÉSTIMOS DO  
PORTUGUÊS PARA O GUINEENSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras, *campus* dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Shirley Freitas.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2021**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

B147a

Balde, Mamadu Baciro.

Adaptações fonético-fonológicas de empréstimos do Português para o Guineense / Mamadu Baciro Balde. - 2021.

67 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shirley Freitas Souza.

1. Língua guineense - Fonologia. 2. Língua portuguesa - Fonologia. 3. Linguística - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.796657

**MAMADU BACIRO BALDE**

**ADAPTAÇÕES FONÉTICO-FONOLÓGICAS DE EMPRÉSTIMOS DO  
PORTUGUÊS PARA O GUINEENSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras, *campus* dos Malês, da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 23 de agosto de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Shirley Freitas (Orientadora)**

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP)

Universidade de Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Manuele Bandeira**

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP)

Universidade de Integração Internacional da lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Livia Agostinho**

Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Ao meu homônimo (xará) e amigo, Baciro Baldé, que, infelizmente, não está mais entre nós.  
A todos que não pude mencionar, mas que contribuíram para a edificação da pessoa que me  
tornei hoje.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde e pela força que me concedeu para poder chegar até aqui.

Aos meus pais, Sati Baldé e Sona Djau, pelas bênçãos que fazem questão de me endereçar sempre que conversamos e pelo carinho com que sempre me trataram. Obrigado pelas forças que me dão, mesmo estando longe, e pela alegria que sinto pela vossa existência.

À minha orientadora, Professora Doutora Shirley Freitas, por me ter aceitado como orientando e por ter sido tão generosa, carinhosa, paciente, compreensiva e desafiadora para comigo durante todo este tempo da nossa parceria, que começou com a iniciação científica. Foi, para mim, um enorme privilégio ter uma orientadora tão incrível como a professora Shirley, que, ao mesmo tempo em que me desafiava, representava a minha maior motivação, fazendo-me acreditar em mim mesmo e na minha capacidade de superar tudo que, aos meus olhos, parecia ser algo muito difícil ou até mesmo impossível de executar. Serei eternamente grato pela partilha de conhecimentos e pelo empenho demonstrado não só para me fazer crescer enquanto acadêmico, mas também como pessoa. A cada vez em que escutava da senhora expressões do tipo “isso é para vida”, ficava profundamente alegre e agradecido pela sensação de segurança de que me encontrava em mãos certas. Porque, como sempre a senhora me dizia, “haverá sempre o que melhorar”. Essas palavras têm me ajudado a me reencontrar comigo mesmo e a mudar a forma de encarar as minhas limitações. Sem dúvida alguma, a senhora será definitivamente uma referência tanto pessoal quanto profissional para mim. Obrigado pelos ensinamentos!

Ao professor Alexandre Silveira Cohn e à professora Sabrina Garcia Balsalobre, pelos ensinamentos que nos proporcionaram enquanto tutores seniores do Programa Pulsar. Agradeço ao colega tutor júnior, Yuran Santana, pela colaboração e partilha de conhecimento.

Às professoras Manuele Bandeira e Ana Livia Agostinho por terem aceitado o convite para fazer parte da banca avaliadora do trabalho.

Aos meus tios, Serifo Baldé e Alassana Bari, e ao meu outro xará, Baciro Djá, por me terem apoiado e acompanhado, ao longo do meu percurso acadêmico.

Ao meu primo, Assana Indjai, por ocupar um lugar tão importante na minha vida, pela disposição e abertura de me apoiar para fazer face a todos os desafios relacionados aos estudos. Obrigado por estar sempre presente na minha vida e pela vontade clara e sincera de me ver crescer.

A todos os meus colegas do grupo da pesquisa GELCLA, Alexandre, Érica, Joelma, Geovanda, Priscila, Verônica, Lanny e Laisa. Às nossas orientadoras, na pessoa de profa. Shirley e profa. Manuele, pelo carinho e amor demonstrados, pela partilha de saberes e pela vontade e esforço de nos fazer crescer acadêmica e humanamente. As senhoras constituem, para nós, autênticos exemplos da responsabilidade profissional, generosidade, humildade, intelectualidade e de luta.

Aos colegas Marcelino (Erickson), Mamadu Cissé, Helcim, Fininha, Simão, Isnaba, Iliassa, Cidália, Laércia, Reginalda, Iano, Galileu, Emilson, Martina, Colna, Teresa, pela amizade e solidariedade e irmandade, que têm marcado as nossas relações desde o primeiro dia do nosso encontro e que descobrimos que tínhamos um destino comum para estudos de graduação.

A Helcim, Yacine, Glória, Aramata, Braima, Alassana, Jorgito, Luís, Epifânia, Gilson, Alamada, Ângela, Milanca, Alzira, Eunice, Edneusa, Vitória, Mynha, Djabi, Locarine, Vanitá, Klemente, Noé, Rute, Moacir, Fernando, Ivan, Vladimir, Vânia, Iero, Fanta, Suleimane e a comunidade guineense, de maneira geral, pela amizade e irmandade.

Agradeço, especialmente, a Helcim, Yacine, Braima, Glória e Sônia pelo amor, carinho e preocupação com que sempre me trataram.

Aos meus acolhedores: Eliás, Kialunda, Bartolomeu, Lenira, Eugênio pela hospitalidade e por me terem ajudado a me adaptar à nova realidade.

Aos nossos tutores: Eemo, Magno, Vavito, Tainara, Romualdo e Letícia, pelas orientações e acompanhamentos.

A Segunda Cá, João, Ivo, Alquiloma, Baticã, Lauci, Emilson, Aramata, Alfa, pela amizade e pela colaboração na execução deste trabalho.

A Natali Santos e Priscila Matos, pela amizade e colaboração e por sempre se prontificarem a trocar pontos de vista acerca de assuntos da pesquisa e de estudos de maneira geral.

A Marcos Vinícius da Horta Silva, irmão que ganhei no Brasil, uma pessoa incrível, amável e solidária, que sempre está disponível a auxiliar no possível, para tornar os nossos desafios menos pesados. Obrigado “nha parenti”!

Aos meus colegas de casa: Simão, Iano e Isnaba, que, com tempo, se tornaram mais que amigos, pela compreensão, tolerância, empatia e pela troca de afetos, que caracterizaram a nossa coabitação.

Agradeço a todos os professores da Unilab, em especial, os do curso de Letras – Língua Portuguesa pelo carinho, generosidade e pela partilha de conhecimentos.

A todos/as colegas da turma de Letras de 2017.2, pelos debates enriquecedores realizados durante as aulas e pela amizade desenvolvida ao longo dos anos de graduação.

Enfim, ao Brasil e seu povo pelo acolhimento e pela oportunidade para formação acadêmica que me têm sido proporcionadas.



“Assim como não se pode aceitar a idéia de raças puras, é difícil pensar que existam línguas puras. A história da humanidade está marcada por migrações, guerras e conquistas, desencadeando todo tipo de relação entre os povos distintos, desde a simples trocas comerciais até a escravidão de populações inteiras, passando por vários tipos de dominação de um povo sobre o outro: cultural, religiosa, econômica, política e militar”

Dante Lucchesi

## RESUMO

O guineense, formado a partir do contato entre o português e línguas africanas, é a língua mais falada na Guiné-Bissau. Tendo em conta que ele tem o português como a língua lexicadora, o presente estudo propõe-se a investigar alguns processos fonológicos mais frequentes ocorridos na adaptação dos empréstimos do português para o guineense; assim como entender os fatores que contribuíram para a ocorrência de tais transformações. O estudo parte da hipótese de que essas adaptações não se deram aleatoriamente, mas, sim, de forma regular, isto é, de acordo com as regras e restrições do guineense. Para a constituição do *corpus* do trabalho, serviu-se do *Dicionário guinense-português* (SCANTAMBURLO, 2002), donde foram retirados cento e cinquenta e sete itens lexicais que passaram por adaptação. Em seguida, realizaram-se, isoladamente, gravações, com falantes do guineense, dos referidos itens; assim como de cinco sentenças em que os mesmos itens estiveram envolvidos, visando atestar as suas formas no guineense atual em um contexto de frase. Foram gravados, ao todo, oito informantes (dois para cada palavra), sendo quatro homens e quatro mulheres, entre egressos e atuais estudantes do curso de Letras – Língua Portuguesa da Unilab, Campus dos Malês (Ba). Na sequência da coleta de dados, foram identificados os seguintes processos fonológicos: *aférese, síncope, apócope, prótese, epêntese, monotongação, betacismo, africanização, ensurdecimento e metátese*. Para a fundamentação teórica, a pesquisa serviu-se das Teorias de Restrições e Estratégias de Reparos (TCRS), proposta por Paradis (1996) e Paradis & LaCharité (1997), que se focaliza em regras e restrições da L1; e é uma das teorias discutidas por Bandeira (2013). Com a análise dos dados, chegou-se à conclusão de que o guineense dispõe de restrições gramaticais próprias, assim como as demais línguas naturais, podendo destacar, entre as restrições, a de apagamento do [™] na coda final das palavras verbais, por exemplo: *comer* > **kume** ['kume], *buscar* > **buska** ['buska], *curtir* > **kurti** ['kurti]; enquanto este segmento se realiza na mesma posição nas palavras nominais, como é caso de: *poder* > **puder** [pu'der], *mulher* > **mindjer** [mijɲ'dʒer], *calor* > **kalur** [ka'lur]. Além disso, constatou-se que, no guineense, há alofonias de alguns segmentos consonantais; é o caso das fricativas [z] e [s], que se alternam nas palavras *mesa* > **mesa** ou **meza** ['mesa] ou ['meza] e *rapazinho* > **rapasinho** ou **rapazinho** [rapa'siɲu] ou [rapa'ziɲu]. Esse fato pode ser explicado pela entrada no sistema fonológico do guineense de segmentos como: [z v ʒ ʃ ʎ], que, segundo Costa (2014), se encontravam excluídos do inventário do guineense mais antigo; mas que agora fazem parte da língua.

**Palavras-chave:** Língua guineense - Fonologia. Língua portuguesa - Fonologia. Linguística - Guiné-Bissau.

## ABSTRACT

Guinean, formed from the contact between Portuguese and African languages, is the most widely spoken language in Guinea-Bissau. Considering that it has European Portuguese as the lexifier language, the present study proposes to investigate some of the most frequent phonological processes that occurred in the adaptation of loanwords from Portuguese to Guinean; as well as to understand the factors that contributed to the occurrence of such transformations. The study is based on the hypothesis that these adaptations did not occur randomly, but in a regular way, that is, according to the rules and restrictions of Guinean. For the constitution of the corpus, we used the *Dicionariu Guinensi-portuguis* (SCANTAMBURLO, 2002), from which one hundred fifty seven lexical items that underwent adaptation were taken. Then, isolated recordings of these items were made with Guinean speakers, as well as of five sentences in which the same items were involved, in order to test their forms in present-day Guinean in a sentence context. A total of eight informants were recorded (two for each word), being four men and four women, among former and current students of the Language course - Portuguese Language at Unilab, Campus dos Malês (Ba). Following data collection, the following phonological processes were identified: apheresis, syncope, apocope, prosthesis, epenthesis, monothongization, betacism, africation, devoicing, and metathesis. For the theoretical foundation, the research made use of the Theories of Constraints and Repair Strategies (TCRS), created by Paradis (1996) e Paradis & LaCharité (1997), which focuses on L1 rules and constraints; and it is one of the theories discussed by Bandeira (2013). With the data analysis, we concluded that Guinean has its own grammatical constraints, just like the other natural languages, being able to highlight, among the constraints, the deletion of the [™] in the final coda of verbs, for example: *comer* > **kume** ['kume], *busca r*> **buska** ['buska], *curtir* > **kurti** ['kurti]; while this segment is realized in the same position in nouns, as is the case of: *poder* > **puder** [pu'deɾ], *mulher* > **mindjer** [mɨj'dʒeɾ], *calor* > **kalur** [ka'lur]. Furthermore, it was found that, in Guinean, there are allophonies of some consonantal segments; this is the case of the fricatives [z] and [s], which alternate in the words *mesa* > **mesa** or **meza** ['mesa] or ['meza] and *rapazinho* > **rapasinho** or **rapazinho** [rapa'siɲu] or [rapa'ziɲu]. This fact can be explained by the entry of segments such as [z v ʒ ʃ ʎ] into the system of Guinean, which, according to Costa (2014), were excluded from the inventory of older Guinean, but are now part of the language.

**Keywords:** Guinean language - Phonology. Linguistics - Guinea-Bissau. Portuguese language - Phonology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2</b>	<b>GUINÉ-BISSAU</b>	16
2.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ASPECTOS GERAIS	16
2.2	HISTÓRIA	17
<b>2.2.1</b>	<b>Período pré-colonial</b>	18
<b>2.2.2</b>	<b>Período colonial</b>	19
<b>2.2.3</b>	<b>Luta pela independência nacional</b>	22
2.3	SITUAÇÃO LINGUÍSTICA	24
2.4	O CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU (GUINEENSE)	26
<b>2.4.1</b>	<b>Origem</b>	29
<b>2.4.2</b>	<b>Variação</b>	31
<b>2.4.3</b>	<b>Papel sociocultural do guineense</b>	32
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA</b>	34
3.1	EMPRÉSTIMOS	34
<b>3.1.1</b>	<b>Algumas teorias de adaptação de empréstimos</b>	36
<b>3.1.2</b>	<b>Adaptação ou nativização de empréstimos</b>	39
3.2	METODOLOGIA	41
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b>	43
4.1	AFÉRESE	44
4.2	SÍNCOPE	47
4.3	APÓCOPE	47
4.4	PRÓTESE	49
4.5	EPÊNTESE	50
4.6	MONOTONGAÇÃO	51
4.7	BETACISMO	53
4.8	AFRICATIVIZAÇÃO	54
4.9	ALÇAMENTO	55
4.10	ENSURDECIMENTO	57
4.11	METÁTESE	57
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	59

<b>REFERÊNCIAS</b>	60
<b>APÊNDICES</b>	61
<b>APÊNDICE A – Termo de livre consentimento livre e esclarecido</b>	62
<b>APÊNDICE B – Dados pessoais dos entrevistados</b>	63

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto alguns processos fonético-fonológicos ocorridos na adaptação de empréstimos do português para o guineense, língua de base lexical portuguesa mais falada na Guiné-Bissau. Considerando o caráter dinâmico e evolutivo que perpassa qualquer língua natural, a pesquisa focaliza-se na análise da nativização de itens do português para o guineense, e tem por objetivo identificar os processos recorrentes na adaptação dos empréstimos para o guineense, assim como entender as possíveis causas de tais transformações. Parte-se da hipótese de que o processo de adaptação estaria ligado às características e restrições específicas do guineense.

Para tanto, fez-se o uso, à partida, do dicionário português-guineense de Scantamburlo (2002) para a coleta de dados, tendo, pois, retirado dele cento e cinquenta e sete itens lexicais do guineense provenientes do português. Nesse dicionário, apesar de muito recente comparado com a época de formação do guineense, é possível encontrar tanto os itens antigos quanto os itens modernos do guineense. Os itens coletados, em seguida, foram utilizados para a entrevista com falantes nativos do guineense, com o intuito de confirmar a sua pronúncia. Ademais, para a análise dos processos encontrados, o estudo tem como suporte teórico a Teoria de Restrição e Estratégias de Reparo (TCRS), proposta por Paradis (1996) e Paradis & LaCharité (1997), e discutida por Bandeira (2013), sendo uma teoria que enfatiza como a adaptação de empréstimos segue os padrões e restrições vigentes na L1.

O presente estudo pode ser um importante contributo para a ampliação da literatura sobre as línguas crioulas, em particular, o guineense; sobretudo no que concerne ao seu aspeto fonético e fonológico que, ainda, conta com escassos estudos, em geral pautados no português. Assim, essa pesquisa pode servir de suporte para realização de trabalhos futuros acerca da língua em questão. Tendo em conta a abordagem preconceituosa de que as línguas de contato, de uma forma geral, foram alvo por parte de estudiosos tradicionais, sendo consideradas versões estropiadas das suas línguas lexificadoras, conforme se pode ver discutido em Pratas (2002) e Bandeira (2017), este trabalho pretende apresentar evidências e argumentos consistentes para contrapor os construtos desses estudiosos.

Além da introdução, a presente monografia está composta por quatro capítulos. **No capítulo 1**, a discussão gira à volta de alguns aspetos relacionados à Guiné-Bissau, país onde a língua em análise é falada; a saber: a localização geográfica, a história, a situação linguística e o estatuto do guineense. **O capítulo 2** é reservado para o tratamento do referencial teórico e da metodologia da pesquisa, tendo abordado conceituação de empréstimos, assim como

teorias de adaptação na L1 de itens lexicais provenientes da L2, bem como procedimentos metodológicos de coleta de dados. **No capítulo 3**, faz-se a análise de dados que constituem o corpus do trabalho, desenvolvendo discussões teóricas sobre os processos de adaptação de empréstimos identificados por meio de análise. São apresentados alguns processos fonológicos recorrentes tanto a nível segmental quanto silábico. Finalmente, têm-se as **considerações finais**, nas quais estão evidenciados os resultados da pesquisa, assim como os desdobramentos que ela pode oferecer para estudos futuros sobre o guineense.

## 2 GUINÉ-BISSAU

Tendo o presente trabalho o escopo de analisar um dos níveis linguísticos do guineense, a língua franca<sup>1</sup> da Guiné-Bissau, é importante, antes de mais, a descrição da situação geográfica, histórica, e linguística desse país do continente africano. Dessa forma, o segundo capítulo desta obra vai se consagrar inteiramente a falar da Guiné-Bissau em suas mais diversas dimensões, sendo um capítulo dividido em quatro secções, as quais, por sua vez, estão divididas em respectivas subsecções. Na secção 1.1, faz-se uma breve apresentação do país: a sua localização geográfica, a divisão administrativa, a economia e o clima. A secção 1.2 ocupa-se, resumidamente, da narrativa da história da Guiné-Bissau, dividida em três grandes períodos, a saber: o período pré-colonial, período colonial e a luta pela independência nacional. Na secção 1.3, trata-se de análise da realidade linguística na Guiné-Bissau, o número de línguas que compõem o mosaico linguístico do país, as suas relações assim como as suas dinâmicas nas interações sociais na cotidianidade do povo guineense. Na secção 1.4, a abordagem se concentra em torno do guineense, indo da sua origem, seu desenvolvimento, as suas variações; até o papel sociocultural para nação guineense.

### 2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ASPECTOS GERAIS

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental do continente africano, e possui uma superfície de 36.125km<sup>2</sup>, sendo que em apenas 24.800km<sup>2</sup> desta extensão territorial é possível habitar. Esta situação é explicada por enchentes que atingem regular e periodicamente o resto do território nas épocas de chuva e de marés cheias. Trata-se de um país com um número de população calculada em 1.520.830 habitantes (INEC, 2009)<sup>2</sup>. A Guiné-Bissau tem como países limítrofes o Senegal ao norte e a Guiné-Conakry ao sul e leste e é banhada pelo oceano Atlântico ao oeste. O território guineense está dividido em duas grandes partes, uma continental e outra insular, estando esta última composta por mais de 80 ilhas, conhecida como Arquipélago dos Bijagós. A parte continental, por sua vez, é cruzada por diversos rios caudalosos, nomeadamente: o Geba, o Cacheu, o Corubal, o Mansoa, o rio

<sup>1</sup> Geralmente, a língua franca é uma língua que serve para estabelecer comunicação entre falantes de línguas ininteligíveis, num contexto de multilinguismo (PETTER, 2015). No caso da Guiné-Bissau, a língua franca é o guineense, por servir de recurso para comunicação entre pessoas de diferentes grupos étnicos.

<sup>2</sup> Como podem ver, estes dados relativos ao número da população total da Guiné-Bissau são resultantes do censo realizado em 2009. No entanto, há dados mais recentes do site de *countryeconomy* que apontam para 1.920.922 de habitantes atualmente a Guiné-Bissau. Disponibilizamos o site aqui para consulta, em caso de necessidade: <<https://pt.countryeconomy.com/paises/guine-bissau>>, acesso em 25/07/2021.



Grande de Buba e o Cacine, cada qual com as suas respetivas embocaduras, segundo Augel (2007). Em seguida, traremos o mapa da Guiné-Bissau para uma maior ilustração.

Figura 1: Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: <<https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>>

O país é plano, com um clima tropical, tendo como capital o setor autónomo de Bissau e oito regiões administrativas no seu interior, a saber: regiões de Bafatá e Gabú na província Leste; Biombo, Oio e Cacheu no Norte; e Quinara, Tombali e Bolama no Sul (SEMEDO, 2011). A castanha de caju constitui-se o principal produto de exportação e a base da economia, enquanto que a produção do arroz consiste, basicamente, no consumo local da população guineense, de acordo com Augel (2007).

## 2.2 HISTÓRIA

Esta secção está dividida em três subsecções, sendo cada uma delas reservada à análise de um período histórico da Guiné-Bissau: período pré-colonial, período colonial e o período da luta pela independência nacional. Na subsecção 1.2.1, fala-se das realidades e dinâmicas sócio-políticas dos povos que habitavam o território conhecido hoje como Guiné-Bissau, antes da chegada dos europeus. Já a subsecção 1.2.2 parte dos primeiros contatos desses

povos com os invasores portugueses, trazendo um panorama das suas relações durante a presença dessas forças estrangeiras naquele território do continente africano. Por fim, a subsecção 1.2.3 dedica-se ao processo de luta armada opondo os povos nativos às autoridades coloniais portuguesas, culminando, assim, com a destituição dessas últimas. A divisão dos períodos históricos da Guiné-Bissau foi inspirada em Augel (2007), mas com alguns recortes atendendo a necessidade do presente trabalho.

### **2.2.1 Período pré-colonial**

Tem sido quase uma prática a narração da história da Guiné-Bissau a partir da chegada de navegadores portugueses ao seu solo. Mas é necessário sempre um recuo para descrever a configuração sócio-política e económica dos povos que habitavam esse território antes do contato com os portugueses. Segundo Augel (2007), o território que nos dias atuais é chamado Guiné-Bissau fazia parte do império de Kaabu, que tinha como capital Kansala. Esse império, segundo a autora, representava o alargamento de um outro império maior, o de Mali, constituído por Mandingas, um povo islâmico, proveniente do Alto Níger e que abrangia quase toda a região ocidental africana.

A expansão do Império de Mali era desencadeada por meio de invasões dos mandingas aos outros povos, que, depois de envolvidos e vencidos em luta, passavam a se encontrar sob o seu domínio. Tiramakan Traore é destacado como um dos guerreiros que ativamente contribuíram para a instituição do império kaabunké<sup>3</sup> situado nas planícies da Alta Costa da Guiné (AUGEL, 2007).

O império de Mali atingiu o ponto mais alto do seu poder e da sua expansão nos séculos XIII e XIV, conquistando terras e subjugando outros grupos étnicos, bem como convertendo alguns desses ao Islão. Entretanto, outros povos, como: os Balantas, os Mandjacos, os Bijagós; não abriram mão das suas práticas culturais e religiosas. E o reino mandinga de Kaabu só viria a ser destituído no século XIX, concretamente em 1867, com a tomada de Kansala por fulas, um povo igualmente muçulmano, que se encontrava sob a dominação mandinga até o século XVIII, segundo Augel (2007).

---

<sup>3</sup> Kaabunké é um adjetivo relativo ao império de Kaabu.

### 2.2.2 Período colonial

O contato dos povos africanos que viviam na Guiné com os europeus remonta ao ano de 1446, quando um conjunto de caravelas (navios à vela) portuguesas capitaneado por Nuno Tristão chegou à costa da Guiné. No mesmo ano, Nuno Tristão e alguns dos seus companheiros foram assassinados em confrontos com a população nativa, naquela que constituía a sua quarta viagem para as terras africanas. Esses confrontos eram ocasionados por agressões e ataques contra os nativos por parte dos portugueses, que chegavam com a intenção clara de explorar a região costeira, desencadeando, entre outras atividades econômicas, o comércio de escravos (AUGEL, 2007).

Tudo indica que as hostilidades entre os dois povos, mesmo que não cessassem, não seguiram com a intensidade inicial, devido ao estabelecimento de relações menos tensas (para não dizer cordiais) com algumas lideranças africanas.<sup>4</sup> A respeito dessa abertura, há um relato feito por Diogo Gomes, navegador português “E eu Diogo Gomes tive muito tempo depois uma ancora que me deu de presente o rei dos pretos. E eu fui o primeiro christão que fiz paz com eles, e este rei se chama *Nomemains* e é senhor de muitas almadias” (BARRETO, 1938, p.33 apud AUGEL, 2007, p. 52).

Pode-se supor que a instalação desse clima aparentemente pacífico favoreceu a penetração dos invasores europeus nas sociedades africanas, levando alguns dos seus chefes a colaborar com eles, inclusive, para o tráfico de escravos. Ainda é cabível a conjectura de que esse cenário estaria na origem do colapso cada vez maior do império, através de formação de numerosos estados, com uma certa autonomia, chefiados por autoproclamados *mansas*, que significa “reis”, conforme afirma Augel (2007).

Ainda de acordo com esta mesma autora, na sequência destas divisões, os portugueses restringiam-se a negociar apenas com o rei de Kaabu em detrimento do imperador de Mali, sendo que o primeiro é que exercia influência no litoral, considerado por portugueses como uma zona mais rentável para as suas atividades comerciais, “sendo o monarca de Kaabú o maior vendedor de escravos daquela parte do mundo” (AUGEL, 2007, p.53).

Como é possível perceber a partir do que foi visto até aqui e conforme pontuou a própria Augel (2007), contrariamente ao caso de outros territórios, Portugal não tinha outro interesse na zona costeira da África Ocidental além de exploração comercial, ou seja, tráfico de escravos:

---

<sup>4</sup> É preciso enfatizar que, mesmo colaborando com algumas lideranças africanas, não cessaram os atos de opressão e de violência por parte dos europeus.

Portugal se limitou por muito tempo quase exclusivamente a se servir da região como ponto de apoio para o comércio escravagista ao longo da costa ocidental africana, vendo-a como um empório comercial e não uma colônia de assentamento própria para a agricultura, como o foram Angola e Moçambique (AUGEL, 2007, p.53).

Diante desse cenário, visando à melhoria e a ampliação dos seus negócios, Portugal leva a cabo grandes empreendimentos naquela zona, com as construções, a partir de século XVI, de feitorias nas margens de rio São Domingos e do rio Grande, assim como a criação, mais tarde, da Companhia de Cacheu e de Cabo Verde. E, nesse mesmo âmbito, foi fundada a cidade de Cacheu, a primeira capital da Guiné, através da construção da “primeira feitoria fortificada, às margens do rio do mesmo nome” (AUGEL, 2007, p.54), no ano de 1588.

No ano de 1462, a Guiné ficou submetida à administração de Cabo Verde, tornando-se autônoma apenas em 1879, sendo a capital transferida para a cidade de Bolama e recebeu o nome de Guiné Portuguesa, conforme afirma Costa (2014). Esse período pode ser considerado como um momento de esplendor do tráfico escravagista, tendo em conta todo um aparato logístico e as situações sociais favoráveis que já tinham sido garantidas pelos portugueses, permitindo, assim, séculos de exploração da zona.

Entretanto, é importante sublinhar que durante esse período a administração portuguesa não exerceu um poder total a nível do território da Guiné, ou seja, enfrentou permanentes resistências de algumas populações nativas, o que lhes obrigava a recorrer, por vezes, a negociações para realização de certos empreendimentos, tratando-se, então, de forma relativamente simétrica com os nativos, como é o caso dos reinos papéis, entre outros, como afirma Augel (2007).

Enquanto o foco fosse o tráfico de escravos, a resistência dos nativos parecia ser menos preocupante para os portugueses, porém, com o declínio do comércio escravagista, os invasores portugueses adotaram comportamentos ainda mais violentos, visando a um maior colonialismo (domínio político, cultural, económico etc. sobre os nativos). Perante tal situação de mudança de estratégias de exploração por parte dos invasores estrangeiros, não se poderia esperar outro tipo de reação dos nativos a não ser a de resistência a essas forças, resultando em sangrentos confrontos entre as duas partes. Concernente a tal mudança de política dos europeus, Augel (2007) afirma o seguinte:

Com o enfraquecimento do tráfico escravagista e a diminuição do comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas, Portugal passou a dedicar-

se com afincos à conquista territorial, preocupando-se também para que os entrepostos comerciais fossem cada vez mais numerosos e ativos. Os historiadores situam o período da conquista propriamente dita entre 1841 e 1936 (Pélissier, 1989b, p.403). Somente a partir do primeiro terço do século XX, é possível considerar-se a existência real de um domínio português naquele território, quando se empreenderam, levadas mesmo até às últimas consequências, as famigeradas “campanhas de pacificação”, entre 1913 e 1936 (Mendy, 1994). Apenas depois da Segunda Guerra Mundial a “Guiné” foi submetida a uma verdadeira política de colonização. Conheceu, então, um período extremamente sanguinário e violento, despótico e cruel, em que os estrangeiros se empenharam em realizar a dominação, e os africanos resistiram com bravura das mais diversas formas (Mendy, 1994; Pélissier, 1989b). (AUGEL,2007, p. 54).

Os nativos nunca sucumbiram às tentativas de dominação dos portugueses, sendo necessário, para estes últimos, desencadear invasões e guerras contra as populações locais, visando garantir um total controle do território. Esse processo de invasão e guerra perpetrado pelas forças colonialistas ficou conhecido como “campanha de pacificação”, quando, na verdade, foi um processo marcadamente violento e cruel sobre os nativos, susceptível de aumentar o clima de tensão que sempre caracterizou as suas relações.

Mesmo com a supremacia militar e material, é possível imaginar a tamanha dificuldade enfrentada pela tropa colonial ao longo desses atos de brutalidades, pois, iniciados em 1913, só viriam a conhecer o fim no ano de 1936, após a conquista do reino dos bijagós, que foi antecedida pela dos papéis em 1915, num processo extraordinariamente violento conduzido por comandante Teixeira Pinto, de acordo com as afirmações de Augel (2007).

Diante do exposto, fica implícito o destaque da determinação dos reinos papéis, concentrados numa vasta área que envolvia a cidade de Bissau, e a dos bijagós, situados na zona insular e comandados por “rainha Okinka Pampa” em resistência ao colonialismo português.

Enfim, podem-se apontar, entre outras razões para estas constantes insubordinações de alguns povos nativos face às tentativas de dominação portuguesa, as questões culturais (considerando o fato de terem organizações políticas acéfalas [sociedades horizontais]) ou o sentimento de pertença e de propriedade de território. Essa realidade, associada a outros fatores, pode explicar a efemeridade<sup>5</sup> do governo colonial (o controle total exercido sobre os nativos), tendo sido destituído, em 1973, na sequência de uma luta armada.

---

<sup>5</sup> É preciso notar que o termo “efemeridade” é usado para fazer referência ao período em que as autoridades coloniais exerceram um domínio total sobre as populações nativas. Um domínio que não durou muito tempo, tendo começado depois do fim da campanha de “pacificação”, em 1936, e acabado com o início da luta de libertação nacional em 1962, como se pode perceber em Augel (2007).

### 2.2.3 Luta pela independência nacional

Com o fim do processo de “pacificação”, em 1936, vivia-se, aparentemente, num clima de paz, sendo a capital transferida de Bolama para cidade de Bissau em 1940. “A nova capital teve um surto de desenvolvimento e de modernização urbanística, ficando conhecida como a mais bonita cidade do império português ultramarino” (AUGEL, 2007, p.58). Contudo, como foi dito, o clima era de uma paz relativa e precária, pois, os nativos desencadeavam ações de resistência das mais diversas formas, o que não deixava de merecer reações por parte das autoridades colonialistas.

Perante tal contexto, o regime colonial adotou as mais duras medidas repressivas, que eram levadas a cabo através das forças de PIDE (a Polícia Internacional e de Defesa do Estado). Além disso, houve a criação do “estatuto do Indigenato”, visando, sobretudo, a instalar fragmentações no seio da população nativa, conforme aponta Augel (2007):

O Estatuto do Indigenato era posto em prática com mão de ferro, separando clara e discriminadamente os “indígenas” da rarefeita camada dos “civilizados”- aqueles que falavam minimamente o português ou pelo menos o crioulo, tinham adquirido hábitos urbanos e tinham o privilégio de um rudimento de escolarização (AUGEL, 2007, p. 59).

No entanto, estas políticas repressivas não trouxeram muitos resultados desejados, pelo contrário, suscitavam um sentimento de revolta cada vez maior entre os filhos da terra. Essa indignação dos nativos viria a desembocar em um glorioso conflito armado, a partir de 23 de janeiro de 1963, liderado pelo engenheiro agrônomo Amílcar Lopes Cabral, culminando com a proclamação da independência do país do jugo colonial, em 1973.

Para traçar um panorama mais geral sobre a guerra, é pertinente trazer alguns fatos importantes que precederam este acontecimento histórico. Segundo Augel (2007), em 1951, aquela que era, até aquele momento, a colônia Guiné Portuguesa passa para “Província Portuguesa de Ultramar”. Uma postura considerada por muitos como uma estratégia adotada pelo governo fascista e imperialista português para disfarçar as suas colônias em “províncias ultramarinas portuguesas”, face à pressão e o engajamento fortes da comunidade internacional em pôr fim ao colonialismo.

Amílcar Cabral, que se encontrava em estudos na Casa dos Estudantes do Império, em Portugal, regressa para Guiné em 1953. Hernandez (2008) considera as ações de resistência encabeçadas por Cabral depois do seu regresso como um grande reforço àquelas que vinham

sendo desenvolvidas por movimentos políticos e culturais, assim como os africanos da Casa de Império contra o fascismo em Portugal.

[...] Outros acontecimentos vêm somar-se a esses [as resistências das organizações antifascistas em Portugal como MUD juvenil, o Movimento da Paz, Partido Comunista Português, e Casa de Estudantes de Império] sendo o mais importante a chegada em 1953 do agrônomo Amílcar Cabral à Guiné portuguesa, quando passou a reunir-se com integrantes do Movimento da Independência Nacional da Guiné, que tinha, sobretudo, uma dimensão educadora: preparar teoricamente seus integrantes, intelectuais locais e pequenos grupos de artesãos e operários, companheiros de trabalho de Amílcar Cabral na Estação Agrícola de Pessubé. Esse movimento esteve na base da fundação do Clube Desportivo e Cultural para educar civicamente os jovens, sensibilizando-os para a necessária remoção das injustiças da ordem social imposta pela metrópole (HERNANDEZ, 2008, p. 540).

A criação do Clube Desportivo e Cultural deve ter constituído grande motivação para Amílcar Cabral e os companheiros avançarem com as ideias revolucionárias, despertando a consciência cívica das populações e lhes alertando para necessidade de se unirem face ao inimigo comum, o regime colonial português.

Em seguida, numa reunião clandestina, em 1956, Amílcar Cabral funda o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), juntamente com outros cinco camaradas. A partir do momento da sua criação, o PAIGC passa a assumir a função central e a guia das atividades independentistas, com colaboradores secretamente estruturados, “[...] tanto na então Guiné Portuguesa como na Guiné-Conakry e em Portugal, começando por atividades políticas de arregimentação e conscientização nos centros urbanos, espalhando-se por todo o território” (AUGEL, 2007, p.61).

Entretanto, é preciso ressaltar que as forças coloniais se mantinham implacáveis perante qualquer que fosse ato abertamente reivindicativo por parte das populações nativas. Um exemplo evidente disso foi o massacre de Pindjiguiti de 3 de agosto de 1959 contra marinheiros e estivadores deste porto, que reclamavam a melhoria do seu salário miserável. A forma violenta e bárbara como foram tratados os funcionários do cais de Pindjiguiti foi determinante para a mudança de estratégia na forma de conduzir a luta.

O fatídico acontecimento de 3 de agosto 1959 é visto por muitos guineenses como razão principal para adesão massiva do povo à causa da independência. Em agosto de 1961, o PAIGC passa, então, para ação direta que era caracterizada por “[...] sabotagens, cortes de vias de comunicação, destruição de instalações [...]” (AUGEL, 2007, p.61). Ainda de acordo com a autora, finalmente, deu-se início à luta armada a 23 de janeiro de 1963, com abertura

das frentes sul e leste, baseadas na Guiné-Conakry, sendo aberta mais tarde a frente norte, para uma luta armada, sob a forma de guerrilha.

Foram onze anos de luta contra o regime colonial, sob comando de Amílcar Cabral, que viria a ser assassinado em 20 de janeiro de 1973 em Guiné-Conakry. Passados alguns meses do assassinato de Cabral, o PAIGC proclama, unilateralmente, o Estado da Guiné-Bissau, a 24 de setembro de 1973 em Lugadjol, Madina de Boé, no leste do país. Apesar dessa data se constituir como marco do nascimento do estado da Guiné-Bissau para a maioria dos guineenses, para não dizer todos, importa referir que a independência do país viria a ser reconhecida por Portugal só a 10 de setembro de 1974, depois da Revolução dos Cravos acontecida em 25 abril do mesmo ano, pondo fim ao regime ditatorial (AUGEL, 2007).

### 2.3 SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA

A Guiné-Bissau, à semelhança de muitos países africanos, é marcada por uma diversidade étnico, cultural e linguística. De acordo com Costa (2014), existe, na Guiné-Bissau, um universo de 22 línguas, entre o português, língua oficial e de ensino; o guineense, língua franca e de unidade nacional; e as línguas africanas autóctones, a saber: fula, balanta, mandinga, manjaco, papel, felupe, beafada, bijagó, mancanha, nalu, entre outras. O guineense é a língua utilizada para comunicação entre pessoas de diferentes grupos étnicos, que, não se podendo entender pela diferença das suas línguas maternas, veem no guineense um meio para superação desta dificuldade comunicativa nas suas relações sociais.

Couto e Embaló (2010) fazem referência ao fato de o português ter o *status* de língua oficial, mesmo sendo a língua materna de um número insignificante de população guineense, afirmando o seguinte:

O português até hoje não é praticamente falado como língua vernácula na Guiné-Bissau. Ele só é adquirido como língua primeira, materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estudado em Portugal ou no Brasil, adotaram-no como língua de comunicação familiar, ou por filhos de casais mistos de guineenses com falantes de português de outras nacionalidades (COUTO e EMBALÓ, 2010, p.47).

Esta situação traz evidências de que o fato de o português ter o mais prestigioso *status* social não tem nada a ver com a expressividade de número de falantes, como é o caso do guineense, mas por ser uma língua internacional, do ensino e da administração pública; havendo caso de detentores de poder político com enormes dificuldades de se exprimir nele.



Segundo Couto e Embaló (2010), o crioulo é a língua mais usada no parlamento por haver deputados que não dominam o português.

Couto e Embaló (2010, p.29) exibem uma tabela com estatísticas percentuais das etnias da Guiné-Bissau, realizadas em 1991, contendo os seguintes dados: Fulas 25%, Balantas 24%, Mandingas 14%, Mandjacos 9%, Papéis 9%, Brames 4%, Beafadas 3%, Outros 12%.

É bem provável que a realidade hoje seja outra no que se refere às percentagens de diferentes grupos étnicos que constituem a população guineense, se levarmos em consideração o período da realização dessa pesquisa e o constante crescimento demográfico.

É importante esclarecer que, dentre as 22 línguas existentes na Guiné-Bissau, nem todas possuem o mesmo nível de uso, sendo que algumas delas se encontram expostas a altas ameaças de desaparecimento. Conforme afirma Costa (2014, p. 61), “dentre essas, uma é língua oficial e institucional, sete estão em desenvolvimento, nove estão em vigor, três estão ameaçadas, uma moribunda e uma está quase extinta”, como se pode ver com mais detalhes, na tabela 1 abaixo, as respectivas percentagens dos falantes dessas línguas como língua primeira (dados retirados de COSTA, 2014, p. 61-64).

Tabela 1 – Línguas e as percentagens dos falantes

	<b>Nome da língua</b>	<b>Percentagem de falantes</b>
<b>Língua oficial ou institucional</b>	Português	0,3%
	Mandinga	10,9%
<b>Línguas em vigor</b>	Beafada	2,95%
	Bijagó	1,96%
	Jahanka	1,90%
	Mansoanka	1,02%
	Felupe	0,39%
	Bayum	0,06%
	Kobiana	0,04%
	Fula	42%
	Crioulo da Guiné-Bissau	39,45% (como L2) 13,54% (como L1)
	<b>Línguas em desenvolvimento</b>	Balanta
Manjaco		12,09%

	Pepel	8,94%
	Mancanha	2,90
	Saracolé	0,33%
	Nalu	0,58%
<b>Línguas ameaçadas</b>	Bayot	0,14%
	Bassari	0,03%
<b>Língua moribunda</b>	Badyara	0,29%
<b>Língua quase extinta</b>	Kassanga	0,04%

---

Fonte: Adaptado de Costa (2014, p. 61-64)

Como é de esperar quando se trata de estudos linguísticos, entre as línguas acima mencionadas, há aquelas que têm em comum alguns traços, seja por coabitação ou por pertença à mesma família linguística. A propósito, Costa (2014) cita Mane (2001), que é da opinião de que as línguas Manjaco, Mancanha e Papel seriam três dialetos de mesma língua, por estas apresentarem, entre si, grandes semelhanças fonológicas.

Até poderia ser verdade a suposição de Mane (2001) de estas três línguas serem dialetos de uma mesma língua, mas os argumentos por ele apresentados para a sua tese se mostram insuficientes e fracos. Esse autor deveria ter aprofundado mais as suas pesquisas, analisando outros níveis linguísticos das línguas em questão, para efeitos de comparação; e não se limitando em semelhanças fonológicas. Além disso, é importante sublinhar que as discussões sobre língua e dialeto ainda carecem de mais estudos dado que muitas línguas faladas na Guiné-Bissau não são bem conhecidas ainda, o que pode levar a confundi-las com dialetos, além de que há um fator político nessas distinções, como discutido por Haugen (2001).

#### 2.4 O CRIOULO DA GUINÉ-BISSAU (GUINEENSE)

Sendo os crioulos línguas de contato, falar deles deve impor uma abordagem prévia dos contatos humanos dos quais eles advieram. No caso específico do crioulo da Guiné-Bissau, trata-se de trazer à tona como se deu o envolvimento entre os portugueses e os africanos falantes das mais diversas línguas.

Segundo Costa (2014), o contato entre esses dois povos remonta ao ano de 1446, quando chegou ao solo guineense a frota comandada pelo navegador português Nuno Tristão, que viria a ser assassinado em confrontos com os nativos (como visto na subseção 1.2.2). Essa

frota abria caminho para tantas outras em direção a esta parcela do continente africano, conhecida hoje em dia como Guiné-Bissau.

Depois de alguns anos da chegada dos navegadores portugueses à Guiné, deu-se início ao tráfico de escravos nos centros populacionais, conhecidos como Praças e Presídios, as cidades de Cacheu e Bissau constituíam as duas grandes praças, enquanto Farim, Ziguinchor, Geba e Lugar do Rio Nuno se configuravam como presídios. Costa (2014, p. 45) cita Bull (1989, p. 62), que estabelece a diferença entre estes lugares de congregação populacional, afirmando que “a Praça é a povoação fortificada e armada com permanência, devidamente organizada para compensar a falta de obstáculos naturais dos seus limites. O Presídio é a praça de pequenas dimensões e mais escassos meios defensivos de tipo militar”.

Dessa forma, segundo Costa (2014), o advento do tráfico de escravos propiciou um hibridismo cultural, biológico, linguístico entre os diferentes povos que partilhavam o mesmo meio geográfico e social. A propósito de elucidar como se dá esta miscigenação das mais diversificadas ordens, Costa (2014) destaca o papel desempenhado pelos *lançados* (ou *tangomaus*), que eram homens brancos de procedência europeia que chegavam à África por diversos motivos.

Os lançados se casavam com as *tangomãs* (mulheres africanas), dando origem aos *filhos da terra* (mestiços, produtos de relações conjugais entre os lançados e as tangomãs). Já os *grumetes* eram os africanos que colaboravam com os lançados nas suas atividades comerciais, e geralmente abraçavam a fé cristã, conforme aponta Costa (2014).

Diante deste tipo de situação, não seria menos justificável se indagar como se dava a comunicação entre esses povos, cuja diferença linguística era imensa, e quem entre eles assimilou primeiro a língua de outrem para assegurar a inteligibilidade necessária para que houvesse a comunicação. Em caso de não ter havido a possibilidade de assimilação de língua de outro, como então era a comunicação entre eles?

Segundo Costa (2014), os lançados foram muito determinantes para o surgimento do guineense, visto que eles, ao se comunicarem com os grumetes ou as tangomãs, simplificavam o português de modo a deixá-lo mais compreensível para estes, “[...] os quais por sua vez o teriam reproduzido e modificado, dando origem ao denominado pidgin português” (COSTA, 2014, p.45-46).

É importante referir que a ideia de o guineense resultar da simplificação do português segue a perspectiva de alguns estudiosos sobre as línguas crioulas de uma maneira geral, em relação às suas respectivas línguas lexificadoras. Muitas abordagens desses estudiosos tendem a inferiorizar os crioulos, retirando-lhes o mérito de línguas naturais, como por Pratas (2002)

e Bandeira (2017). Em resposta a estas visões depreciativas dos crioulos, Pratas (2002) defende que, assim como qualquer língua natural, os crioulos dispõem de todos os elementos para satisfazer as necessidades comunicativas dos seus falantes. E no concernente à simplicidade da morfologia verbal dos crioulos, esta estudiosa faz o seguinte questionamento: “[...] o que dizer quanto à morfologia simples do inglês, que nos verbos regulares apresenta apenas um morfema no passado e, no presente, apresenta apenas um morfema na terceira pessoa do singular não tendo nenhum marcador realizado em todas as pessoas [...]” (PRATAS, 2002, p.10).

Entende-se que, com estas indagações, a autora pretende mostrar que a tentativa de subestimação de que este grupo linguístico foi alvo por parte certos estudiosos se prende com motivações extralinguísticas, se se levar em consideração os grupos sociais e processos históricos ligados ao surgimento dos crioulos.

Voltando a Costa (2014), a autora conjectura que um pidgin constitui primeiro estágio do crioulo guineense, que “[...] estaria mais ou menos completamente formado no início do século XVII”. (COSTA, 2014, p.46). Essa suposição é compartilhada por Kihm (1994, p.4), que argumenta que existem, no guineense moderno, termos portugueses utilizados até finais de século XVI, trazendo os seguintes exemplos:

[...] **misti** “querer” de *ter mester* “precisar” (Português Moderno), **montyadur** “caçador” de *monteador* (Português Moderno *caçador*), ou **limarya** “animal” de *alimaria* (Português Moderno *animal*). Características fonológicas, como a oclusiva palatal /c/, onde o Português Moderno tem /ʃ/ escrito *ch*, também apontam para um período em que a realização africada /tʃ/, agora limitada a dialetos do norte, era mais difundida e ainda podia ser ouvida em Lisboa [...] (KIHM, 1994, p.4-5 apud COSTA, 2014, p.46).

Vale sublinhar que a ideia de que um pidgin seria um estágio anterior do guineense não é partilhada por todos os linguistas/crioulistas, e alguns autores consideram também que tanto o crioulo da Guiné-Bissau quanto o de Cabo Verde originariam de um mesmo *protocrioulo*. Além disso, existe outro ponto de divergência entre os estudiosos, ligado ao lugar de origem deste protocrioulo. Dessa forma, a próxima subseção será dedicada à discussão sobre as referidas teorias.

### 2.4.1 Origem

O lugar de origem dos crioulos de Alta Guiné (que são crioulos de base lexical portuguesa da África Ocidental: kabuverdianu, guineense, papiamentu e o crioulo de Casamance continua sem definição clara, ou seja, nenhum dos lugares apontados como possíveis pontos de surgimento do crioulo em questão foi totalmente plausível entre os teóricos da sua origem. Enquanto uns apontam um espaço acompanhado de argumentos, outros os contradizem, evocando os seus contra-argumentos.

Costa (2014), numa abordagem sobre estas diferentes explicações sobre onde, realmente, os Crioulos da alta Guiné teriam surgido, nos apresenta as teorias preconizadas por Silva (1957), Silva (1985) e Carreira (1972), que apontam Cabo Verde como sendo o lugar de surgimento do guineense e que só mais tarde chegaria à Guiné.

Em seguida, a autora traz Intumbo (2007), que se mostra favorável à hipótese que já tinha sido preconizada por Scantamburlo (1981) e Santos (1972), que defendem o surgimento dos crioulos portugueses da Alta Guiné na Guiné, concretamente nas localidades de Cacheu e Geba. Intumbo (2007) argumenta que a inexistência de documentos comprovativos de uma transferência maciça de cabo-verdianos para Guiné seria uma das principais causas de insustentabilidade da primeira teoria.

Ainda sobre o debate relativo ao lugar de origem dos crioulos portugueses da Alta Guiné, se foi na Guiné ou em Cabo Verde, Costa (2014) apresenta a reflexão de Parkvall (2012), que afirma que, independentemente do lugar onde esses crioulos tenham surgido, o certo é que ambos os crioulos (o guineense e o kabuverdianu) partilham da mesma língua de superstrato (o português europeu) e das mesmas línguas de substrato (as línguas atlânticas e mandês). A partir dessa reflexão, faz-se necessário identificar as línguas pertencentes a estes dois grupos linguísticos e, neste sentido, a autora aponta as línguas: balanta, fula, manjaco e papel como integrantes do grupo atlântico e o mandinka/mandinga do grupo mandê.

Além disso, Costa (2014) ressalta que, não obstante as semelhanças existentes entre os dois crioulos, havia diferença em termos de predominância das famílias linguísticas, que serviram para o material de substrato. Ainda sobre esta questão, Parkvall (2012) profere a seguinte postulação:

É importante reconhecer que a maior parte da Guiné-Bissau fala atlântico e, portanto, muitas influências [sic] no CP [Crioulo Português] da Guiné-Bissau poderiam ser consideradas *adstratais* e não *substratais*. Se o componente africano do léxico do CP da Guiné-Bissau é predominantemente

atlântico, é de crucial importância observar que essas proporções se invertem no CP de Cabo Verde, mas também que as palavras mandês predominam no léxico compartilhado (e, portanto, presumivelmente, representam a camada mais antiga). É pouco provável que esses itens tenham entrado na Guiné-Bissau por qualquer outro caminho que não as ilhas do Cabo Verde, e isso, por sua vez, sugere que o proto-CP da Alta Guiné nasceu nas ilhas e não no continente. (PARKVALL, 2012, p.301).

A sugestão feita por Parkvall (2012) de o suposto protocrioulo português da Alta Guiné ter nascido em Cabo Verde e não na Guiné, justificada pela predominância das palavras mandês no crioulo de Cabo Verde e no léxico comum ao kabuverdianu e ao guineense, pode ser até um certo ponto aceitável, haja vista o domínio do povo mandinga na época, que pode ter propiciado a propagação da sua língua também pela região da Costa Ocidental Africana. No entanto, não se pode descartar por completo a possibilidade de tal protocrioulo ter nascido na Guiné, considerando os argumentos de estudiosos como: Intumbo (2007), Scantamburlo (1981) e Santos (1972), anteriormente referidos.

Ademais, Costa (2014) avança com a teoria de Naro (1978), que defende a ideia de que esses crioulos da Alta Guiné nasceram “[...] a partir de um pidgin criado na Europa antes de ter sido levado e difundido na África” (COSTA, 2014, p.48). E esse pidgin não seria decorrente dos contatos comerciais entre os povos da África e os da Europa, “[...] mas teria surgido em Portugal, onde, a partir de 1440, brancos e negros teriam usado um *pidgin* denominado ‘língua de reconhecimento’” (COSTA, 2014, p. 48).

Entretanto, os argumentos apresentados por este teórico não são fortes o suficiente, porque não existem informações sobre o local específico do qual esses africanos provinham, nem se eram falantes das línguas de substrato do guineense se se levar em consideração a diversidade linguística que permeia esse continente.

Esta teoria foi também recusada por Rougé (1986), que por sua vez considera sem “interesse científico” o debate sobre o lugar de origem dos crioulos da Guiné e Cabo Verde, teorizando, assim, a origem desses crioulos por meio de uma analogia com a origem das línguas românicas. E afirma o seguinte:

[...] na origem do Kriol está o português mal falado, da mesma maneira que na origem do português, do espanhol, do francês... e dos outros “crioulos românicos” está o latim mal falado. E, da mesma forma, seria absurdo perguntar-se se o francês vem do português ou o inverso, tão evidente é que os dois vêm do “latim corrompido” que utilizado em situações diferentes gerou línguas diferentes; acho sem interesse científico a questão de saber se o Crioulo do Cabo Verde está na origem do crioulo da Guiné-Bissau ou se o crioulo da Guiné-Bissau está na origem do crioulo de Cabo Verde. Os dois têm a mesma origem, o mesmo proto-crioulo... (ROUGÉ, 1986, p.37).

Desconsiderando o juízo de valor atribuído ao termo ‘mal falado’, esta posição de Rougé (1986) pode ser entendida como defesa de um surgimento simultâneo dos crioulos da alta Guiné, a partir de um protocrioulo constituído por mesmas línguas de substrato e de superstrato. Portanto, pode-se supor que a diferença entre o guineense e o cabuverdiano baseia-se na diferença cultural dos povos que as falam e por terem gramáticas influenciadas por diferentes línguas de substrato.

#### 2.4.2 Variação

Numa sociedade multilinguística como a da Guiné-Bissau, não é raro se verificarem influências recíprocas entre as línguas conviventes. Esta realidade, somada à mutabilidade e dinamicidade características de todas as línguas naturais, nos leva a observar possíveis variações do guineense, assim como identificar causas de tais variações.

Nesta perspectiva, Couto e Embaló (2010) propõem um *continuum* para fazer referência não apenas ao conjunto das variedades do guineense, mas também a outras línguas faladas no território da Guiné-Bissau, neste caso, o português e as línguas nativas. Segundo estes autores, o *continuum* em questão se configura da seguinte maneira: “português lusitano, português acrioulado, crioulo aportuguesado, crioulo tradicional, crioulo nativizado e as línguas nativas” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p.31).

Pode-se até admitir a existência de tal *continuum* na Guiné-Bissau, desde que entendido no sentido de um conjunto de variações do guineense e não exatamente com todos estes elementos trazidos por Couto e Embaló (2010). Não se pode acreditar que o português falado na Guiné-Bissau seja o português lusitano, portanto, no lugar deste termo, deveria estar a variedade guineense de português, ou simplesmente, *Português da Guiné-Bissau*, pois é um português diferente daquele falado em Portugal ainda que tenha o português europeu como modelo.

Esta sugestão está baseada no fato de que o português falado neste país carrega um conjunto de marcas típicas à realidade sociocultural do seu povo. Dessa forma, é compreensível a diferença em diversos níveis linguísticos com relação às restantes variedades do português. É preciso destacar que, mesmo sendo notável esta realidade, há dificuldade ainda vigente de reconhecer como legítimas as variedades de português faladas na África.

É importante ressaltar que, entre as três variações do crioulo incluídas no continuum, existe uma espécie de hierarquização (variações prestigiadas), ou seja, percebe-se uma certa

estigmatização do *crioulo nativizado* rotulando os seus falantes como “maus falantes do crioulo”, por conta da influência notável das línguas étnicas. Enquanto isso, o *crioulo tradicional* é considerado o “puro”<sup>6</sup> por não ter tantos traços de outras línguas; e, por fim, o *crioulo aportuguesado* é aquele com maior prestígio, contendo muitos termos ou mesmo expressões de português, os falantes são considerados como de um nível cultural ou de instrução mais ou menos elevado.

Além das variações contidas no *continuum*, Couto e Embaló (2010) trazem à discussão variedades do guineense que é possível perceber na Guiné-Bissau, as variedades sociais, derivadas de influências extralinguísticas; a saber: a variação *diacrónica*, que, consiste, basicamente, nas diferentes formas de guineense, que perpassaram a sua história até o momento atual; a variação *diatópica* (dialetos), aquela que contém regionalismos, ou seja, variações que carregam traços específicos de determinados espaços geográficos; e por último, a variação *diastrática*, aquela influenciada por língua materna, origem social, nível de escolaridade, idade ou sexo do falante.

### 2.4.3 Papel sociocultural do guineense

Geralmente, em qualquer sociedade de multilinguismo, torna-se necessário encontrar uma língua que sirva de ligação (língua veicular) entre as pessoas pertencentes aos diferentes grupos étnico-linguísticos e culturais. E pode constituir um enorme desafio para o estado definir a língua que exerça este papel, tendo em conta as dominações, rivalidades e lutas pela conquista que caracterizaram as sociedades multiétnicas e linguísticas, sobretudo, na África.

Pode-se afirmar que a Guiné-Bissau não teve grandes problemas neste quesito, pois, o guineense, resultante da miscigenação das línguas africanas e do português, representa uma língua comum a todos os grupos étnicos do país, ou seja, a *língua de unidade nacional*. Além desse papel unificador, o guineense é igualmente considerado um patrimônio cultural, na medida em que a sua formação contou com a contribuição direta desse povo, isto é, a sua criação.

Costa (2014, p. 69) menciona Scantamburlo (1981, p.15) que dá ainda maior realce à contribuição do guineense na unidade dos povos no processo da luta de libertação, culminando com a construção da Nação, conforme se pode ver na citação abaixo:

---

<sup>6</sup> O fato de o crioulo tradicional ter poucos traços de outras línguas não o torna puro, não existe uma língua pura. Tendo em conta os contatos entre diferentes povos, é impossível ter uma língua sem um único traço de outra língua.



O seu papel na sociedade da Guiné-Bissau, especialmente na nova nação, tem sido proeminente. A luta pela liberdade foi o primeiro princípio pelo qual, nos diferentes grupos étnicos, se começou a desenvolver a percepção de que todos pertencem a um grupo maior, o total da Nação. A comunicação foi facilitada pelo uso de crioulo, a língua comum a todos os membros do Partido. Atualmente, muitos podem comunicar com outras pessoas de outros grupos étnicos, através da língua crioula, a qual contribui muito para o melhoramento de relações de amizade entre os guineenses (SCANTAMBURLO, 1981, p.15 apud COSTA, 2014, p.69).

Com isso, pode-se concluir que o guineense tem sido um dos principais instrumentos da unidade na Guiné-Bissau, conquistando cada vez mais o apreço dos guineenses. Apesar de não ter sido oficializado ainda, o guineense é falado em todos os espaços da vida pública do povo guineense, sendo usado nas sessões plenárias da Assembleia Nacional Popular (ANP), nas comunicações de presidentes à nação, nos jornais televisivos, nas notícias radiofônicas, nos serviços públicos e privados, entre outros lugares importantes da vida pública. E, apesar de toda esta utilidade do guineense, o português continua a língua com maior prestígio social na Guiné-Bissau.

Haja vista o caráter utilitário do guineense e sua condição de patrimônio cultural da Guiné-Bissau, faz-se urgente e necessário acionar mecanismos para um reconhecimento merecido. Tal atitude deve ser da iniciativa do estado através do Ministério da Educação Nacional e Secretaria da Cultura, em colaboração com linguistas nacionais, se for necessário, os estrangeiros também, no sentido de oficializar o guineense, assim como consagrá-lo como língua de ensino nas escolas do país.

Tendo falado, neste capítulo, da Guiné-Bissau em seus diversos aspetos, nomeadamente, a localização geográfica, a realidade histórica, a situação linguística, etc. o capítulo 2 é reservado para discutir o referencial teórico acerca de empréstimos e a metodologia da pesquisa.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

Neste capítulo, serão discutidos diferentes assuntos relativos aos empréstimos linguísticos e à metodologia da pesquisa, e ele está composto por duas seções. Na seção 2.1, falar-se-á da conceituação dos empréstimos, das razões que levam falantes de uma língua a tomar emprestados itens lexicais de outra, e dos tipos de empréstimos. Na subseção 2.1.1, serão trazidas algumas teorias sobre possíveis fatores subjacentes a processos de adaptação de empréstimos. Na subseção 2.1.2, discutir-se-á o processo de nativização de alguns empréstimos, visando destacar o papel determinante das restrições da L1 no processo de adaptação, em contraste às de L2. Por fim, na seção 2.2, far-se-á o relato sobre os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa.

#### 3.1 EMPRÉSTIMOS

São considerados empréstimos itens lexicais de L2 introduzidos na L1<sup>7</sup> ou língua nativa. A noção de empréstimos não se deve restringir apenas em torno de vocábulos de uma língua integrados noutra. Bandeira (2013), com base nas discussões de Paradis & Label (1994), afirma que são também entendidas por empréstimos sentenças procedentes de L2 anexadas à comunicação em L1.

Assim, considerando as interações sociolinguísticas de diferentes povos, que marcam a história da humanidade, pode-se supor que toda língua no mundo tenha alguns itens lexicais originários de outra (s) língua(s). Richter & Agostinho (2017) afirmam que o contato entre povos torna qualquer língua sujeita a empréstimos linguísticos.

Na mesma esteira de raciocínio, segue Lucchesi (2003), em seu artigo *línguas de contato*, ao afirmar que, em razão de múltiplos processos de contato (migrações, guerras, conquistas etc.), que perpassam a história da humanidade, não se pode admitir a ideia de raças puras muito menos de línguas puras; o que reforça a suposição de que toda língua contém elementos oriundos de outra(s) língua(s), seja em maior ou em menor grau.

Richter & Agostinho (2017) citando Paradis & Label (1994) afirmam que os empréstimos são introduzidos na L1 por falantes com acesso à L2. Sobre se estes falantes devem ser bilíngues ou não, pôde-se perceber certa divergência entre autores. Segundo Freitas

---

<sup>7</sup> Tratando-se de nativização de itens do português na formação do guineense, neste trabalho, o termo L1 faz referência às línguas faladas pelos nativos e a L2 refere-se ao português. Já em relação à adaptação dos itens que deram entrada depois da formação completa do guineense, deve-se entender por L1 o guineense na qualidade da língua recipiente do empréstimo e por L2 aquela que doa o empréstimo, neste caso, o português.

& Neiva (2006), empréstimo<sup>8</sup> é introduzido por falante bilíngue para depois cair no domínio geral, enquanto que, para Bandeira (2013), um empréstimo pode ser introduzido na L1 tanto por um falante bilíngue quanto por um falante monolíngue.

O fato de um falante introduzir, para a sua língua nativa, itens lexicais e/ou sentenças de L2, está relacionado a razões de mais diversas ordens. Apontando algumas dessas causas, Bandeira (2013) afirma que:

Falantes tomam emprestado palavras de outras línguas para preencher lacuna em seu próprio inventário lexical. As razões para tais lacunas lexicais variam grandemente: inovação cultural pode introduzir novos objetos e ações que não tenham um nome na língua nativa; palavras nativas podem ser percebidas como sem prestígio; nomes de cidades, instituições e figuras políticas estrangeiras que foram outrora desconhecidos podem ter se tornado de domínio público; novas palavras podem ter sido introduzidas por divertimento etc. (BANDEIRA, 2013, p.56-57).

Pode-se, por meio de empréstimos, identificar o lado dominante entre povos em determinada coabitação, na medida em que a língua do povo dominado tende a receber mais empréstimos em relação à do povo dominante. A propósito, Carvalho (2009) traz o exemplo da entrada dos italianismos no português no período histórico conhecido como renascimento, e um outro exemplo muito atual dos anglicismos em muitas línguas, em decorrência do fato de os Estados Unidos de América se constituírem como uma grande potência econômica. Além disso, um empréstimo pode ser explicado por simples fato de um falante querer mostrar que domina também outra língua.

Cabe ressaltar que há uma tendência muito grande de os itens lexicais de uma língua, neste caso da L2, ao serem introduzidos na língua nativa ou L1, sofrerem transformações em uma ou mais aspectos da sua estrutura, por forma a se adaptar à gramática da língua receptora, ocorrendo a chamada nativização de empréstimos (BANDEIRA, 2013). Segundo Bandeira (2013), o processo de adaptação de empréstimos não acontece por acaso ou de maneira descriteriosa, mas em função das restrições gramaticais da L1. Ainda, segundo a autora, estas restrições permeiam vários aspectos do sistema fonológico, a saber: traços segmentais, regras fonotáticas e padrões prosódicos.

---

<sup>8</sup> Segundo Carvalho (2009), um item lexical importado da L2 para L1 é um estrangeirismo, e só pode ser empréstimo depois de adaptado a uma das características da língua nativa. Assim, pode-se depreender que, para este autor, existe possibilidade de um falante da língua nativa reproduzir fielmente a forma de input. Tal possibilidade é também postulada por Freitas & Neiva (2006), ao afirmarem que a opção pela forma adaptada por parte dos falantes bilíngues pode ser explicada pela lei do menor esforço. Ou seja, o uso da forma partilhada por todos os falantes da L1, inclusive os não bilíngues, como forma de evitar que o código mude constantemente.

Assim, torna-se evidente a existência de uma multiplicidade de opções de análise com que se pode deparar um pesquisador que se proponha a estudar adaptações de empréstimos linguísticos. Dessa forma, vale sublinhar que, neste presente trabalho, a análise está voltada para adaptações fonológicas de empréstimos.

Em seu trabalho sobre adaptação de empréstimos de origem japonesa no português brasileiro, Richter & Agostinho (2017) afirmam que o estudo de empréstimos proporciona o conhecimento da L1. De igual modo, ao trazer discussões de Calabrese e Wetzels (2009), Bandeira (2013) afirma que tal tipo de análise em determinada língua

nos oferece uma janela direta tanto para o estudo de como os signos acústicos são categorizados em termos de traços distintivos relevantes para o sistema fonológico de L1, como para o estudo da fonologia sincrônica de L1 ao seu processo fonológico em ação (BANDEIRA, 2013, p.54).

Continuando nessa linha sobre possibilidades e vantagens proporcionadas por estudo da fonologia de empréstimos, está o fato de, por meio dele, se poder “testar a produtividade de regras e restrições fonológicas” (BANDEIRA, 2013, p. 55).

Vale ressaltar que, além das restrições, que são responsáveis pela adequação dos empréstimos à gramática da língua nativa, existem outros fatores subjacentes à adaptação fonológica dos empréstimos. Diante disso, a próxima subseção será dedicada à discussão de algumas teorias de adaptação de empréstimos, com destaque para o aspeto fonológico.

### **3.1.1 Algumas teorias de adaptação de empréstimos**

Antes de adentrarmos para as teorias sobre adaptações fonológicas de empréstimos, considera-se pertinente uma breve discussão acerca de tipos de empréstimos, que podem, de certo modo, exercer influências na forma de output. Trata-se de *empréstimos históricos e empréstimos on-line* (BANDEIRA, 2013, p.58).

Segundo Bandeira (2013), os empréstimos históricos são aqueles que, depois de entrada e adaptação, são apropriados por falantes monolíngues, que não tiveram acesso às suas formas originais, neste caso, o input; impossibilitando, assim, qualquer suposição com relação à forma base da qual derivou o output.

Devido ao caráter notadamente antigo dos empréstimos históricos, para Bandeira (2013), seria conveniente uma análise do ponto de vista diacrônico, que permita desvendar as formas originais que sofreram a adaptação.

Alguns empréstimos do português europeu no guineense podem ser encaixados na categoria de empréstimos históricos. Por exemplo: os termos *mester* (querer) e *alimaria* (animal) do português, adaptados para o guineense como **misti** e **limaria**<sup>9</sup> são, presentemente, muito usados por falantes do guineense, e as suas formas fontes desconhecidas por muitos falantes atuais desta língua.

Sendo o guineense uma língua de contato, pode conter muitos empréstimos adaptados, cujos inputs, no entanto, já tenham caído em desuso em suas respectivas línguas doadoras, o português europeu, por exemplo. Diante disso, cabe a conjectura de que estes são apenas alguns de muitos exemplos de empréstimos históricos no guineense.

Já os empréstimos on-line, segundo Bandeira (2013), são itens lexicais da L2, introduzidos em tempo real, permitindo, assim, uma distinção clara entre o input e o output por parte dos falantes da L1. Por exemplo: *televisão* > **telvizon** [telvi'zõn]; *guarda-chuva* > **guarda-chuva** ou **guarda-tchuba** ['gwarda] ['ʃuva] ou ['gwarda] ['tʃuba]; *telemóvel* > **telemóvel** [tele'moveɫ].

Feito isso, passamos agora para a discussão relativa a algumas teorias de adaptação de empréstimos, trazidas por Bandeira (2013). Na sua obra sobre adaptação de empréstimos recentes no papiamentu moderno, esta autora apresenta um número relativamente vasto de teorias sobre fatores que, provavelmente, interferem no processo de adaptação.

Importa frisar que, para o nosso trabalho, apenas algumas dessas teorias serão destacadas, por estarem mais relacionados com a nossa proposta de pesquisa; que são: **adaptação através de percepção, adaptação através de produção e similaridade perceptual** e a **via de entrada de empréstimo** (BANDEIRA, 2013, grifos nossos).

*Adaptação através de percepção*, segundo Bandeira (2013), é uma teoria voltada para análise de adaptação resultante da forma como são percebidos, pelos falantes da L1, os sons da L2, que não fazem parte do sistema fonológico na língua nativa. De acordo com essa autora, que se baseia em informações de Best, Womer & Queen (1994), os segmentos ausentes no sistema nativo podem ser percebidos de três diferentes formas:

[...] (i) como segmento categorizável, no qual as invariantes gestuais das duas línguas podem ser notadas como semelhantes, sendo que neste caso o som de L2 é assimilado numa categoria de L1; (ii) como segmento incategorizável, no qual o som da L2 é percebido como um gesto de fala, mas a sua organização não é assimilada a nenhuma categoria específica de L1; (iii) como não-assimilável, no momento em que o segmento da L2 não é percebido como um som de fala, a sua organização gestual ocupa uma área

<sup>9</sup> Para mais detalhes sobre estes exemplos, ver no capítulo 1 p. 28 deste trabalho ou Costa (2014, p.46).

externa ao espaço fonológico nativo, não sendo, por sua vez, assimilado a qualquer categoria de L1 (BANDEIRA, 2013, p.60).

Segundo Bandeira (2013), esta análise de adaptações de empréstimos sob a perspectiva de percepção baseia-se fundamentalmente em falantes que possuem pouco ou nenhum domínio da língua emprestadora, ou seja, falantes monolíngues.

Considera-se que, para o presente trabalho, esta teoria pode ter utilidade, apesar de ser impossível supor que, no contexto de formação do guineense, houvesse falantes nativos monolíngues, uma vez que o desconhecimento do português não implica monolingüismo por parte de um falante da língua nativa. Além disso, essa ausência de monolingüismo é sustentada pelo fato de os próprios falantes que contribuíram para essa pesquisa serem multilíngues.

Em seguida, tem-se a teoria de *adaptação através de produção*. Nessa perspectiva de análise, considera-se somente o aspeto fonológico de adaptação de empréstimos, tendo a Teoria de Restrições e Estratégias de Reparos (TCRS), propostas, segundo Bandeira (2013), por Paradis (1996) e Paradis & LaCharité (1997), uma teoria que considera as regras e restrições da L1.

Em conformidade com a Bandeira (2013), estudos realizados sob esta abordagem teórica concluem que o apagamento segmental constitui-se o último recurso no processo de adaptação fonológica de empréstimos. Ainda, com base em estudos de Paradis (1996), esta autora afirma que, em caso de os empréstimos contiverem “segmentos mal formados”, estes são adaptados ou mantidos, mas raramente apagados.<sup>10</sup> Para esse trabalho, pode ser importante olhar para a produção a fim de observar como o guineense se comporta no caso de regras diversas ao português.

Outra teoria discutida por Bandeira (2013), apoiada nas informações de Kant, Kenstowicz & Ito (2008), é a *similaridade perceptual*; abordagem teórica, na qual se defende a influência dos sons que se fazem sentir mais intensamente no ato de adaptação de empréstimo. De acordo com a Bandeira (2013), há tendência de se preservar os segmentos sonoros proeminentes aquando de adaptação de empréstimos e, mesmo havendo necessidade de reparos, evita-se, ao máximo, que ocorram modificações. Pode-se concluir que, segundo esta perspectiva de adaptação, que, em todo caso, não deve existir uma diferença fônica radical ou total entre o input e output, ou seja, há sempre o que remete um ao outro.

---

<sup>10</sup> Ao discutirem as estratégias adotadas pelos falantes cariocas aprendizes do inglês como língua estrangeira, na adaptação dos termos dessa língua, segundo as regras fonotáticas do português carioca, Freitas & Neiva (2006) afirmam que apagamento segmental é dos processos mais raros.

Bandeira (2013) afirma que a teoria de similaridade perceptual, ao assumir análise em dupla perspectiva, abre caminhos para pesquisas neste campo de conhecimento, por trazer um panorama mais geral no se refere ao estudo de empréstimos. Por fim, tem-se a teoria voltada à *via de entrada* de empréstimos como um dos possíveis fatores influenciadores de adaptação de empréstimos.

Segundo Bandeira (2013), a grafia é outro elemento que pode ser determinante no processo de adaptação de empréstimos, “uma vez que os empréstimos podem ser pensados não só sob a ótica de sua integração fonética, fonológica e morfológica, mas também sob a perspectiva da sua integração através de signos gráficos” (BANDEIRA, 2013, p.67).

Para demonstrar como a escrita pode influenciar a adaptação de empréstimo, Bandeira (2013) traz o exemplo do termo francês *fricot* [fʁikot] adaptado no português brasileiro como *fricote* [fʁikotɐ], se o empréstimo entrasse via oral, não existiria a inserção da vogal [i], uma vez que, em francês a consoante oclusiva dental surda não se realiza na posição da coda. A autora demonstra, entretanto, que tal não é o caso do outro termo francês *tricot* [tʁikot], que é adaptado para o português da mesma forma que é pronunciado no francês, isto é, *tricô* [tʁikot].

É importante ressaltar que, para os empréstimos no guineense, a via de entrada que vai merecer análise será sobretudo a oral, uma vez que na época da sua formação não havia muitos falantes que dominassem o português, não sendo possível defender um domínio da escrita.

Com isso, pode-se concluir que adaptação de empréstimos é um processo complexo, pois envolve fatores diversos. Sendo assim, seria difícil existir uma só teoria que possa dar conta dele na sua generalidade.

Perante o exposto acima, a subseção que se segue ficará marcada pela exemplificação de adaptação de empréstimos em mais diversos aspetos, em função de regras e restrições fonotáticas que caracterizam cada língua.

### 3.1.2 Adaptação ou nativização de empréstimos

Nesta subseção, trataremos de mostrar como restrições e regras fonotáticas de língua nativa podem influenciar no processo de adaptação ou nativização de um termo emprestado de língua 2, caracterizada por regras diferentes. Para isso, não só trabalharemos com Bandeira (2013), Richter & Agostinho (2017), como também vamos nos servir do estudo de Freitas &

Neiva (2006), que versa sobre estratégias usadas por falantes do português carioca para adaptar empréstimos do inglês.

Conforme afirmado anteriormente, pode-se considerar que há adaptação ou nativização de empréstimo quando a palavra emprestada adquire uma nova forma, sob a influência de uma ou mais estruturas gramaticais da língua receptora. Ou seja, “quando a sua reprodução fônica se faz de acordo com regras de sistema fonológico da língua importadora” (FREITAS & NEIVA, 2006, p. 18).

Tendo como base as discussões de Strange (1995) e Holt (2008), Bandeira (2013) afirma que a fala humana pode ser caracterizada pela sua inconstância, ou seja, às vezes, é possível não encontrar fonemas e categorias fonéticas diretamente correspondentes. Segundo a autora, não obstante a aparente dificuldade causada por esta falta de constância, o ser humano é capaz de discriminar categoricamente os sons da fala, trazendo como exemplo a distinção entre os segmentos oclusivos sonoros /β/, /δ/ ou /γ/. A autora afirma que esta capacidade é notável na adaptação de empréstimos, na qual o output, além de se conformar com a fonologia da L1, mantém similaridade, ao máximo possível, com forma original, o input.<sup>11</sup>

Segundo Bandeira (2013), a adaptação de empréstimos pode se dar em diversos níveis das estruturas fonológicas, isto é, em traços segmentais, nas regras fonotáticas ou nos padrões prosódicos, como se vem afirmando ao longo das nossas discussões. A título de exemplo, autora traz o termo do inglês *blog* [ɾβλAγ], que é adaptado por [ʋβλOgɪ] *blogue* no português brasileiro, considerando que não é admissível qualquer consoante oclusiva na posição de coda nessa variedade. A referida estudiosa observa diversos processos fonológicos na adaptação de empréstimos oriundos do espanhol, português, holandês e inglês para o papiamentu moderno, como ensurdecimento, palatalização, assimilação, alçamento, metátese, entre outros.

Ademais, Freitas & Neiva (2006) trazem, de maneira detalhada, e sob diferentes perspectivas, exemplos de processos de adaptação de empréstimos do inglês pelos falantes da variedade carioca de português. Alguns desses exemplos podem ser relacionados a certas (se não todas) teorias aqui discutidas, portanto, poderão também servir de subsídio para a análise de dados, que se pretende fazer neste trabalho.

Por exemplo, de acordo com Freitas & Neiva (2006), é normal ver tanto em português quanto em inglês o ataque formado por apenas uma consoante, não constituindo, portanto,

---

<sup>11</sup> Entende-se por input a palavra emprestada na sua forma original, ou seja, palavra sem mudança decorrente de restrições da L1.



problemas em adaptação. Entretanto, as autoras afirmam haver situações excepcionais, nomeadamente, quando o ataque inicial de um termo inglês<sup>12</sup> é ocupado por uma consoante que não existe no sistema fonético ou fonológico do português, este segmento é substituído por um segmento do português, que apresente máxima semelhança, conforme se pode ver nos exemplos a seguir (FREITAS & NEIVA, 2006, p. 20):

<b>Exemplos</b>	<b>GenAm</b>	<b>Forma adaptada</b>
thriller	[ɾ□ρ)λ★ρ]	[ɾτ <sup>TM</sup> ιλεξ] ou [ɾφ <sup>TM</sup> ιλεξ]
rush	[ρ ϑ ♣]	[ξυ♣] ou [ηυ♣]
rock	[ρϑκ]	[ɾ ξϑκ <sup>ϑ</sup> ] ou [ɾηϑκ <sup>ϑ</sup> ]

Puderam-se ver exemplos de como os empréstimos são adaptados a restrições fonológicas da língua alvo, no caso o português. Note-se que o segmento [□] é adaptado ora em [τ] ora em [φ].

Vale ressaltar que os empréstimos não só podem ser adaptados segundo as restrições fonológicas, como também segundo restrições de ordem fonotática, silábica e prosódica ou acentual<sup>13</sup> de acordo com Richter & Agostinho (2017).

### 3.2 METODOLOGIA

Para a execução deste trabalho, inicialmente procedeu-se a revisão de literatura (leitura de conjunto de obras que versam sobre assuntos relacionados ao nosso tema de pesquisa), visando a construção da fundamentação teórica das análises realizadas no texto. Efetuaram-se leituras, fichamentos, esquemas e resenhas de textos que falam de línguas de contato, da história da Guiné-Bissau e de características do guineense, da nativização/adaptação de empréstimos, de processos fonológicos.

Em seguida, foi desenvolvida a coleta de dados, tendo, primeiramente, usado o dicionário bilíngue guineense/português de Luigi Scantamburlo (2002). Trabalhamos não só com dados do guineense antigo (termo usado para se referir a um estágio da língua que compreende o léxico mais antigo e básico), mas também com dados do guineense moderno,

<sup>12</sup> *GenAm* significa *General American English* e é a variedade padrão do inglês americano, segundo Freitas & Neiva (2006).

<sup>13</sup> Considerando que a nossa pesquisa tem como foco estudo de adaptação fonológica de empréstimos, não vamos entrar em detalhes sobre outros tipos de adaptação.

em virtude da possibilidade que o material em questão oferece de encontrar os itens mais antigos, assim como os mais recentes.

Conforme mencionado acima, o dicionário bilíngue guineense-português de Scantamburlo (2002), apesar de ser uma produção recente, quando comparado com a época de surgimento do guineense, contém os termos que remontam à emergência desta língua, colocados juntamente com os seus derivados atuais, designados sob as nomenclaturas: forma nova (F.N.) ou neologismo. Além disso, no dicionário em questão, são deixadas explícitas as palavras ou expressões do português das quais a maioria das palavras do guineense é derivada. Contudo, importa destacar que essas informações do dicionário devem ser vistas com cuidado, já que não perdemos de vista a possibilidade de existir erros no dicionário consultado, sobretudo no concernente à atribuição de etimologia às palavras.

Foram coletados, do dicionário, cento e cinquenta e sete itens lexicais do português, com as suas respectivas formas adaptadas para o guineense. Em seguida, considerou-se pertinente confirmar estas adaptações por meio de entrevistas com estudantes Bissauguineenses no Brasil. A escolha de informantes seguiu o seguinte critério: ser de nacionalidade guineense e falante do guineense (não importa se é como primeira, segunda ou terceira língua, levando em consideração a grande chance de informantes falantes mais de uma língua); ter idade compreendida entre vinte e trinta anos (neste caso, jovem), assim como a paridade de gênero. Não se especificaram os campos semânticos dos itens escolhidos do dicionário, tendo se limitado em olhar para aqueles que sofreram transformações nas suas estruturas. Foram, ao todo, oito informantes, sendo quatro homens e quatro mulheres, entre egressos e atuais estudantes da Unilab, campus dos Malês, do curso de Letras – Língua Portuguesa.

Em função da pandemia do Covid-19 que tem flagelado a humanidade e imposto o distanciamento social, ficou limitada a nossa capacidade de contar com maior número de colaboradores; também não foi possível ter contato direto com os informantes conseguidos e efetuar gravações de maneira presencial, conforme estava inicialmente previsto. Como solução para este problema, inicialmente usamos e-mails. Depois de apresentada e aprovada a proposta de realizar entrevistas com estes informantes, foram-lhes enviados, respectivamente, três arquivos por e-mail: termo de consentimento (Apêndice A), pesquisa sociolinguística<sup>14</sup> (Apêndice B) e dados coletados a partir do dicionário acima referido.

---

<sup>14</sup> A pesquisa sociolinguística consistiu em se inteirar da realidade social e linguística dos informantes/entrevistados.

Em seguida, recorreremos ao uso das redes sociais, nomeadamente, WhatsApp, para gravar os nossos informantes. Para a realização das gravações, dividiram-se em quatro grupos as palavras selecionadas para os oito informantes, sendo cada palavra gravada por dois entrevistados. As instruções foram que cada um deveria traduzir as palavras do português para o guineense, através das suas formas adaptadas nesta última língua. A escolha da língua portuguesa deve-se ao fato de não querer influenciar os resultados, o que teria uma chance de acontecer caso as palavras já estivessem grafadas em guineense. É importante lembrar que a despeito de a escrita não ser uma forma de representação da fala, a forma como uma palavra está grafada por vezes termina influenciando sua pronúncia. Em seguida, recomendou-se que a leitura dessas palavras fosse feita de maneira isolada e pausada, permitindo que elas fossem pronunciadas sem influência de palavras circundantes, o que foi estritamente observado pelos entrevistados.

Além disso, foram elaboradas cinco frases em português para serem traduzidas para o guineense. Geralmente, as palavras contidas nessas frases foram retiradas do grupo de palavras anteriormente mencionado, o que visava descobrir se há ou não diferença entre quando uma palavra é pronunciada isoladamente e quando é realizada numa sentença.

Depois de ter terminada a recolha dos áudios de gravação de palavras e de sentenças enviados pelos informantes, deu-se início ao processo de transcrição fonética dos dados. Para tal processo, criaram-se quatro planilhas do excel, tendo disposto em cada uma delas grupos de palavras destinadas para cada dois entrevistados, visando facilitar a comparação entre as formas como cada um pronunciou a mesma palavra. Considerando que as sentenças foram comuns a todos os informantes, foram listadas numa planilha as palavras integrantes de todas as sentenças para transcrição e uma consequente análise.

Para grafar as palavras no guineense, utilizamos a grafia proposta por Scantamburlo (2002), contudo, deve-se mencionar o fato de não existir ainda uma grafia uniformizada nessa língua.

Em relação à pesquisa sociolinguística dos informantes, foram elaboradas questões relativas: à faixa etária, à língua materna, ao lugar de nascimento, ao quantitativo de línguas faladas, à língua de maior uso, à língua em aprendizagem, à língua entendida, mas não falada; à etnia, ao conhecimento ou não da língua étnica e, por último, o ano de adoção do português como língua de uso. Estas informações estão detalhadas no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Características sociolinguísticas dos informantes da pesquisa

	1	2	3	4	5	6	7	8
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Idade	28 anos	25 anos	25 anos	25 anos	23 anos	27 anos	29 anos	32 anos
L1	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense e Pepel
Lugar de nascimento	Bissorã	Bissau	Bissau	Biombo	Bissau	Bissau	Bafatá	Prábis
Línguas faladas	Guineense, Português e Mandinga	Guineense, Balanta, Português e Inglês	Guineense, Beafada e Português	Guineense, Balanta e Português	Guineense Português	Guineense, Pepel, Francês e Português	Guineense, Português e Francês	Pepel, Guineense, Balanta e Português
Língua de afinidade	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense e Balanta	Guineense	Guineense	Guineense	Pepel e Guineense
Língua de uso	Guineense	Guineense	Português	Guineense	Guineense	Guineense	Guineense	Português
Línguas em aprendizagem	Inglês	Inglês	Inglês	Inglês	Francês e Espanhol	Inglês	Inglês	Inglês
Língua entendida, mas não falada	Balanta	Nenhuma	Espanhol	Espanhol e Pepel	Nenhuma	Manjaco	Balanta	Manjaco e Espanhol
Etnia	Mandinga	Balanta	Beafada	Balanta	Pepel, Balanta, Mancanhe e Beafada	Pepel	Balanta	Pepel
Língua étnica	Falada	Falada	Falada	Falada	Não	Falada	Não	Falada
Português como língua de uso	Em 2014, com a entrada na Unilab	Em 2018, depois da entrada na Unilab	Em 2015, ao entrar na Unilab	Em 2018, com a entrada na Unilab	Em 2017, quando entrou na Unilab	Em 2015, com a entrada no centro de formação de professores, Tchico Té	Em 2015, quando entrou na Unilab	A partir de 2017, por estar cercado por falantes do português

Fonte: elaborado pelo autor

Com relação ao período de adoção do português como língua de uso, estes estudantes tinham tido contato com a língua portuguesa nas etapas anteriores ao seu percurso acadêmico (como no ingresso à educação formal), mas, aqui foram consideradas, pelos informantes, as datas de entrada para o ensino superior, sobretudo, na Unilab, pois, foi a partir de então que passaram a usar o português com certa regularidade. Conforme previsto aquando de elaboração de critério para perfis dos informantes, é notável que a maioria dos entrevistados fala mais de uma língua, ou seja, só o informante 5 fala menos de três línguas.

Considerando o referencial teórico discutido e a metodologia empregada, no capítulo seguinte desta monografia, far-se-á análise de alguns processos fonológicos ocorridos na adaptação dos empréstimos do português europeu para o guineense, sobretudo os que aconteceram na época de formação desta língua de contato.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa conseguiu identificar alguns processos fonético-fonológicos recorrentes na adaptação de empréstimos do português europeu para o guineense, tais como: *aférese, síncope, apócope, prótese, epêntese, monotongação, betacismo, africativização, alçamento, ensurdecimento e metátese*. Entre os processos de adaptações, têm-se aqueles que ocorrem no **nível segmental**, por exemplo: *betacismo, ensurdecimento, ditongação, monotongação, alçamento e africativização*; e no **nível silábico**, como é o caso de: *aférese, síncope, apócope, prótese, epêntese e metátese*.

É preciso frisar que estes não constituem os únicos processos existentes no âmbito da nativização de empréstimos de português europeu para guineense, ou seja, é bem provável que, com uma pesquisa mais aprofundada, se identifiquem mais processos. Outrossim, importa destacar que, com base nos dados coletados do dicionário *guineensi-portuguis* de Scantamburlo (2002), estabeleceram-se hipóteses para os processos, numa tentativa de determinar as restrições para o guineense. Nessa perspectiva, os dados da gravação dos vocábulos serviriam para confirmar ou não essas hipóteses.<sup>15</sup>

Para a análise, servimo-nos da obra de Costa (2014), na qual esta estudiosa discute o sistema fonético-fonológico do guineense e discute alguns processos fonológicos da língua. Assim, foi possível estabelecer relações entre os nossos resultados e os dela, no que se refere aos processos fonológicos dos empréstimos do português para o guineense, não só a nível silábico, mas também segmental.

Da mesma forma, os escritos de Viaro (2011), Parkvall (2012) Teysier (1982) e Bandeira (2013) se constituíram importantes instrumentos para a análise dos dados, por terem efetuado trabalhos que trazem discussões interessantes para a realização do nosso. Viaro (2011) discute os processos fonológicos em uma perspectiva diacrônica, enfocando as mudanças que ocorreram na passagem do latim para o português. Ainda que o autor não trate especificamente do guineense em todo seu texto, há comentários relativos a essa língua e suas discussões podem lançar luzes sobre o comportamento dos processos na Guiné-Bissau. Já Parkvall (2012), em sua obra, trata de diversas línguas crioulas do Atlântico, trazendo comentários sobre o guineense. Já a obra de Teysier (1982) versa sobre a história da língua portuguesa, o que permitiu esclarecer questões ligadas ao português arcaico, mais

---

<sup>15</sup> É necessário precisar que, ao focalizar-se nos empréstimos do português, o estudo não pretende considerar o guineense como descendente direto deste, mas, sim, efetuar uma comparação entre eles. Estudos apontam para a possibilidade de existência de um protocrioulo na região da Alta Guiné, o que, futuramente, poderá ser corroborado ou refutado.

precisamente o português do século XVII, língua que teria sido levada para a Guiné-Bissau. Por fim, o texto de Bandeira (2013) oferece subsídios teóricos para alguns processos ocorridos na adaptação de empréstimos do português para o guineense, nomeadamente Teorias de Restrições e Estratégias de Reparos (TCRS), que se focaliza em regras e restrições da L1.

Por fim, importa notar que, para a transcrição fonética dos dados, foi utilizado o alfabeto fonético IPA para o português. No caso dos glides dos ditongos, optou-se por representá-los com [j] e [w], sabendo que são necessários mais estudos para determinar o comportamento dos glides no guineense, enquanto elementos vocálicos ou consonantais. Nas representações gráficas dos exemplos do guineense, usou-se a marcação em negrito; já os dados do português aparecem em itálico.

Outrossim, é importante mencionar que as transcrições dos termos de português trazem uma das pronúncias possíveis, não elencando as variações em alguns casos, como nas vogais médias em posição pré-tônica, o [t] e [tʃ] diante de [i], entre outros. Além disso, a vibrante múltipla aparece sempre representada como [r].

Tendo sido feitos esses comentários gerais, cada uma das subseções seguintes enfoca um processo fonológico, trazendo exemplos e suas possíveis explicações.

#### 4.1 AFÉRESE

Aférese é um processo que consiste em apagar segmentos ou sílabas iniciais de uma palavra. No tocante a este processo, a investigação, baseada nos resultados obtidos, constatou que ele ocorre essencialmente em palavras cujas primeiras sílabas são compostas de **es**, **en**, **em**, **in**, **im** ou **a**, como é o caso dos exemplos de (1) a (6):

(1)	<i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
	<i>estudante</i>	[estu'dãti]	<b>studanti</b>	[stu'danti] <sup>16</sup>
	<i>escola</i>	[es'kolə]	<b>skola</b>	['skola]
	<i>estrela</i>	[es'trelə]	<b>strela</b>	['strela]
	<i>estar</i>	[es'tar]	<b>sta</b>	['sta]

<sup>16</sup> É preciso sinalizar que, neste trabalho, no caso das vogais com traço nasal, considerou-se a presença da consoante nas transcrições a partir da percepção, mas são necessárias análises acústicas para determinar a presença ou não desta consoante nasal.

(2) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>ensinar</i>	[ɛ̃si'nar]	<b>n'sina</b>	['nsina]
<i>enterro</i>	[ɛ̃'terɔ]	<b>n'teru</b>	['nteru]
<i>entregar</i>	[ɛ̃tre'gar]	<b>n'trega</b>	['ntrega]
<i>encontrar</i>	[ɛ̃kõ'trar]	<b>n'kontra/kontra</b>	['ɲkontra] / ['kontra]
(3) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>emblema</i>	[ɛ̃'blemɐ]	<b>m'blema</b>	['mblema]
<i>empurrar</i>	[ɛ̃pu'rar]	<b>m'pura</b>	['mpura]
<i>empresário</i>	[ɛ̃pre'zariw]	<b>m'prezáriu</b>	[mpre'zariw]
<i>empate</i>	[ɛ̃'pati]	<b>m'pati</b>	['mpati]
(4) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>interesse</i>	[ĩte'resi]	<b>n'teresi</b>	[nte'resi]
<i>intervalo</i>	[ĩter'valɔ]	<b>n'tervalu</b>	[nter'valu]
<i>intrujar</i>	[ĩtru'zar]	<b>n'turdja</b>	['nturdza]
<i>engolir</i>	[ɛ̃go'liɾ]	<b>n'guli</b>	['ɲguli]
(5) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>impostor</i>	[ĩpɔs'tɔɾ]	<b>m'pustur</b>	[mpus'tur]
<i>importar</i>	[ĩpor'tar]	<b>m'porta</b>	['mporta]
(6) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>aceitar</i>	[aseɸ'tar]	<b>seta</b>	['seta]
<i>ajudar</i>	[azu'dar]	<b>djuda</b>	['dzuda]
<i>agulha</i>	[a'guʎɐ]	<b>gudja</b>	['gudza]
<i>assobiar</i>	[asobi'ar]	<b>subia</b>	['subja]
<i>agradecer</i>	[agrade'ser]	<b>gardisi</b>	['gardisi]
<i>ainda</i>	[a'ĩdɐ]	<b>inda</b>	['inda]
<i>areia</i>	[a'rejɐ]	<b>reia</b>	['reja]

A partir de exemplos de (1) a (6), conclui-se que, geralmente, o apagamento ocorre com a vogal média [e] ~ [ɛ], tendo na posição de coda o segmento fricativo alveolar surdo [s] da sílaba inicial. O mesmo acontece com as palavras em cujas primeiras sílabas tem-se a vogal



média [e] ou a alta [i] como núcleos e uma consoante nasal no lugar de coda. Além disso, viu-se que este processo se produz recorrentemente com as palavras com sílaba inicial formada apenas por vogal central aberta [a].

Estas constatações corroboram a afirmação de Viaro (2011, p. 139) em relação ao processo de aférese, quando ele afirma que aférese “[...] é um fenômeno ainda bastante ativo que atua principalmente sobre vogais átonas, (normalmente em sílabas sem coda) no início dos vocábulos, mas, às vezes, em sílabas inteiras”. Sendo assim, no guineense, no caso das sílabas iniciadas por [es], o [s] se manterá, excepto no caso da palavra *esperar* [espe'rar] > **pera** ['pera]. Nesses casos, haverá uma ressilabificação e o [s] que se encontrava na coda, passará à sílaba seguinte, formando um onset complexo. No concernente a casos de **em/en/im/in**, é possível ter dois resultados: (i) o apagamento da sílaba inteira (como é o caso de ensinar) *ensinar* [ẽsi'nar] > **sina** ['sina]; (iii) e o apagamento da vogal e manutenção do traço nasal, como acontece na maioria dos dados exemplificados de (2) a (5). Quanto às palavras iniciadas com o [a], além dos casos de aférese, também se verificaram casos em que não ocorre esse processo, por exemplo: *apontar* [apõ'tar] > **aponta** [a'ponta]; *atrapalhar* [atrapa'ʎar] > **atrapalha** [atrapa'ʎa].

Constatou-se que, quando uma palavra se inicia com sílaba formada por vogal [a] + consoante, não ocorre o processo de aférese, por exemplo, *antena* [ã'tenɛ] > **antena** [an'tena]; *asneira* [az'nejɾɛ] > **asnera** [az'nera]. Assim, ao que parece, o fato de a primeira sílaba ser VC (sendo V a vogal [a]) inibe o apagamento dessa vogal e mesmo da sílaba inteira.

Convém alertar, entretanto, que, mesmo sendo comum a ocorrência de aféreses, é possível perceber a realização de algumas dessas palavras sem aférese, ou seja, uma realização mais próxima do português, por parte de alguns falantes do guineense, possivelmente a depender do grau de familiaridade destes com a língua portuguesa. Isso ocorre uma vez que esta última continua principal fonte de empréstimos para o guineense, como exemplos, temos as palavras *importante* [ĩpor'tãti] > **importanti** [impor'tanti]; *apontar* [apõ'tar] > **aponta** [a'ponta] (guineense) etc. Num total de 54 dados analisados, a aférese não ocorreu em apenas 10 vocábulos (havendo apenas um caso em que a palavra possuía duas realizações: uma com aférese; outra sem), o que sugere que a ocorrência do processo é comum na língua.

Outrossim, é importante ressaltar que, apesar de estas palavras terem realizações mais próximas do português, não deixam de ser do guineense, pois, seguem as regras e padrões vigentes na língua receptora. Um bom exemplo deste fato é o verbo *apontar*, que, mantém a

sílaba inicial [a], mas apaga o [r] final e há o deslocamento da sílaba tónica, um processo típico do guineense.

#### 4.2 SÍNCOPE

Síncope é um processo em que ocorre o apagamento no interior da palavra. No guineense, é possível notar esse processo em alguns empréstimos, como os que se podem ver no exemplo (7).

(7) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>parecer</i>	[pare'ser]	<b>parsi</b>	['parsɪ]
<i>desejar</i>	[deze'zar]	<b>disdja</b>	['dizdʒa]
<i>derrubar</i>	[deru'bar]	<b>durba</b>	['durba]
<i>começar</i>	[kome'sar]	<b>kumsa</b>	['kumsa]

Aqui, é possível perceber que houve a ressilabificação destes termos sincopados, nos quais, em decorrência de apagamento do núcleo medial, o onset se transpõe para coda da sílaba anterior, causando, assim, a redução do número de sílabas da palavra, passando de três para duas sílabas, fato que corrobora a afirmação de Costa (2014) de que, no guineense, as palavras são majoritariamente e tendencialmente dissilábicas. Ademais, grande parte dos casos de síncope identificados na pesquisa foi da pretônica em verbos, que no português são oxítonos em sua forma infinitiva.

É de ressaltar que foi também constatada a ocorrência deste processo em uma palavra nominal, em *carrapato* [kara'patɔ], adaptada por **karpata** [kar'pata]. Esta constatação abre espaço para a conjectura de existirem mais casos de síncope em nomes.

#### 4.3 APÓCOPE

Apócope, por definição, é um processo de apagamento de elementos finais de uma palavra. Constatou-se que o [r] dos infinitivos verbais do português europeu sofre apagamento no guineense, podendo-se afirmar que a queda do [r] em itens verbais constitui-se uma restrição no guineense, por exemplo:

(8) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>comer</i>	[ko'mer]	<b>kume</b>	['kume]
<i>curtir</i>	[kur'tir]	<b>kurti</b>	['kurti]
<i>morrer</i>	[mo'rer]	<b>muri</b>	['muri]
<i>correr</i>	[ko'rer]	<b>kuri</b>	['kuri]
<i>buscar</i>	[bus'kar]	<b>busca</b>	['buska]
<i>limpar</i>	[lĩ'par]	<b>limpa</b>	['limpa]
<i>cobrir</i>	[ko'brir]	<b>kubri</b>	['kubri]

Importa frisar que, além de apagamento do [r] do infinitivo verbal, acontece o deslocamento do acento tônico para antepenúltima ou penúltima sílaba. No caso dos verbos com duas sílabas, o acento tônico se desloca para a penúltima sílaba, como se observa em (8), e varia entre antepenúltima e penúltima sílaba nos verbos com mais de duas sílabas, como é o caso de verbos *indicar* [ĩdi'kar], *dividir* [divi'dir] e *agradecer* [agrade'ser] do português que equivalem respectivamente a **indica** [ˈĩndika], **dividi** [ˈdividi] e **gardisi** [ˈgardisi] no guineense como palavras proparoxítonas, ao passo que *divertir* [dive'r'tir] e *conversar* [kõver'sar] são equivalentes respectivamente a **divirti** [di'virti] e **konbersa** [kom'bersa] como palavras paroxítonas. A partir das gravações feitas com falantes do guineense, é possível perceber que não há consenso quanto ao padrão acentual. Assim sendo, pode-se perceber que o padrão acentual dos verbos no guineense é um assunto que carece ainda de mais discussões e análises.

No seu estudo sobre o apagamento do rótico na (re)organização silábica, Oliveira (2018) associa o processo de apagamento de [r] na coda final do português brasileiro a uma tendência de simplificação da sílaba em CV nessa língua. Tal explicação pode se aplicar no caso do guineense, uma vez que nesta língua também se tem sílaba CV com o apagamento do rótico. Além disso, o apagamento do r dos infinitivos verbais não era um processo comum no português europeu antigo, segundo Oliveira (2018)

Com a coleta de dados e a sua análise, considerou-se pertinente trazer discussão relativa a um outro processo, envolvendo o [r] na coda final das palavras nominais. Descobriu-se que, diferentemente dos verbos, em relação aos nomes, o [r] mantém-se na posição de coda final, conforme os seguintes exemplos:

(9) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>mulher</i>	[mu'λɛɾ]	<b>mindjer</b>	[mɪjɲ'dʒɛɾ]
<i>colher (subst.)</i>	[ko'λɛɾ]	<b>kudjer</b>	[ku'dʒɛɾ]
<i>favor</i>	[fa'vor]	<b>fabur</b>	[fa'bur]
<i>calor</i>	[ka'lor]	<b>kalur</b>	[ka'lur]
<i>valor</i>	[va'lor]	<b>balur</b>	[ba'lur]
<i>poder</i>	[po'dɛɾ]	<b>puder</b>	[pu'dɛɾ]

Com base nestes exemplos relativos ao [r] na posição de coda final, pode-se pensar na Teoria de Restrições discutida por Bandeira (2013) e chegar à conclusão de que, no guineense, existem restrições diferentes para verbos e nomes relativas ao mesmo segmento [r], que é apagado nos verbos oriundos do português, e mantido, no entanto, nos itens nominais, excepto o substantivo *poder*, que, nos nossos dados, além da forma com apócope, foi adaptado por um dos informantes como **pudi**. Esse caso pode ser explicado pela confusão com o verbo por parte do informante (já que em português *poder* pode ser nome ou verbo), pois, geralmente, o [r] se mantém nos substantivos. Esse comportamento diferente entre os nomes e os verbos demonstra uma interação entre a fonologia e a morfologia com relação às regras do guineense. Além disso, o fato de se manter o rótico nos nomes e eliminá-los nos verbos pode ter a ver com o acento, uma vez que os nomes terminados em [r] são geralmente oxítonos, enquanto que com os verbos se verifica o deslocamento da sílaba tónica em razão da supressão do rótico.

#### 4.4 PRÓTESE

Segundo Viaro (2011), o termo prótese é de origem grega “*prósthesis*” que significa “adição”. Prótese é entendida como um processo no qual se acrescenta um ou mais elementos no início da palavra. Esse processo se faz perceber em relação a alguns empréstimos do português no guineense, conforme se vê nos exemplos abaixo.

(10) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>entrar</i>	[ẽ'tɾar]	<b>ientra</b>	[ 'jɛntɾa]
<i>andar</i>	[ã'dar]	<b>ianda</b>	[ 'janda]
<i>abrir</i>	[a'brɪr]	<b>iabri</b>	[ 'jabri]
<i>alçar</i>	[aʎ'sar]	<b>ialsa</b>	[ 'jaʎsa]

<i>assar</i>	[a'sar]	<b>iasa</b>	['jasa]
<i>ontem</i>	['õtêj]	<b>aonti</b>	[a'wonti]
<i>hoje</i>	['oʒɪ]	<b>aos</b>	[a'wos]

Um aspecto notável neste processo é o fato de, em geral o segmento adicionado a estas palavras, sobretudo aos verbos, ser a vogal alta, que ditonga com o elemento seguinte, sendo realizada como [j]. Além disso, a maioria dos verbos se inicia com a vogal central aberta [a]. Com isso, cabe a conjectura de que antes podia haver restrição de [a] ocupar a posição inicial em verbos nesta língua, pois nas palavras do português cujas primeiras sílabas são compostas por núcleo [a], no guineense este [a] ou é eliminado, como se vê em (6), ou é antecedido por uma semivogal. Essa é apenas uma hipótese que pode vir a ser confirmada ou refutada a partir da análise de um maior número de dados. Importa frisar que, contrariamente ao que sucede com os verbos observa-se inserção de [a] nas sílabas iniciais dos nomes [aos] e [aonti].

#### 4.5 EPÊNTESE

Epêntese de proveniência grega “epéntesis” que significa “intercalação”, conforme Viaro (2011). É um processo fonológico em que se adiciona um elemento no meio da palavra. Foi possível identificar alguns casos de ocorrência deste processo, tal como nas palavras a seguir:

(11) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>mudar</i>	[mu'dar]	<b>munda</b>	['mũnda]
<i>advogado</i>	[advo'gado]	<b>adivogadu</b>	[adivo'gadu]
<i>major</i>	[ma'ʒor]	<b>mandjor</b>	[majɲ'dʒor]
<i>mulher</i>	[mu'λer]	<b>mindjer</b>	[miɲ'dʒer]
<i>melhor</i>	[me'λor]	<b>mindjor</b>	[miɲ'dʒor]
<i>machado</i>	[ma'fado]	<b>mantchadu</b>	[majɲ'tʃadu]
<i>formiga</i>	[for'migə]	<b>firinga</b>	[fir'miŋga]
<i>inimigo</i>	[ini'migɔ]	<b>indimigu</b>	[indi'migu]

É notável que, quase em todos os casos de epêntese dos dados coletados, a inserção foi do traço nasal (tanto em sílabas tônicas quanto pré-tônicas), salvo nas palavras **advogado** e **inimigo**. Pode ser que haja mais casos de epêntese com a inserção vocálica (como o [i]), como acontece em muitas línguas, mormente no português brasileiro, sendo esse um aspecto a

ser observado em estudos futuros. Ainda em relação ao que aqui é considerado inserção da nasal, pode também resultar do espalhamento da nasal inicial e não uma inserção de nasal exterior.

#### 4.6 MONOTONGAÇÃO

A monotongação consiste na passagem do ditongo da língua emprestadora para um monotongo (uma única vogal), como se pode ver nos exemplos abaixo:

(12)	<i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
	<i>asneira</i>	[az'nejɾɐ]	<b>aznera</b>	[az'nera]
	<i>feira</i>	['fejɾɐ]	<b>fera</b>	['fera]
	<i>maneira</i>	[ma'nejɾɐ]	<b>manera</b>	[ma'nera]
	<i>parceiro</i>	[par'sejɾu]	<b>parseru</b>	[par'seru]
	<i>pouco</i>	['powku]	<b>puku</b>	['puku]
	<i>ouro</i>	['owɾu]	<b>uru</b>	['uru]

A respeito de monotongação dos ditongos decrescentes de [ej] e [ow], Viaro (2011, p. 138) afirma que “as monotongações *ei* > *e* e *ou* > \*[o] > *u* também são a base de formas herdadas pelo crioulo de Guiné-Bissau”. Assim, segundo o autor, é possível que, em alguns casos, a monotongação já tenha ocorrido no próprio português. Outro investigador que confirma a ocorrência do processo de monotongação de [ow] > [o] já no português é o Teyssier (1982). Este autor supõe que tal fenómeno remonta ao século XVII, concretamente no sul de Portugal. Assim, não é possível afirmar com certeza se a palavra já entrou no guineense com uma vogal simples ou se a monotongação ocorreu na Guiné-Bissau.

É preciso ressaltar que o alçamento vocálico decorrente da monotongação não se restringe a [ou] > [o] > [u], na medida em que foram também observados casos em que [ej] > [e] > [i], eis os exemplos de processo em questão:

(13)	<i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
	<i>deitar</i>	[dej'tar]	<b>dita</b>	['dita]
	<i>deixar</i>	[dej'far]	<b>disa</b>	['disa]
	<i>leite</i>	['lejtɨ]	<b>liti</b>	['liti]
	<i>jeito</i>	['zejtu]	<b>djitu</b>	['dʒitu]

<i>direito</i>	[di'rejtu]	<b>diritu</b>	[di'ritu]
<i>peito</i>	['pejtu]	<b>pitu</b>	['pitu]

Repara-se que nos exemplos (13), há um tipo de monotongação que não pode ser considerado como um reflexo daquela que acontece no português, pois estas realizações são típicas do guineense. Ou seja, no guineense, mais do que monotongação, ocorre alçamento das vogais médias.

Não se deve, entretanto, pensar, em função de exemplos de monotongação acima, que o guineense não admite ditongos, pelo contrário, constatou-se no decorrer de análise casos de palavras com ditongos decrescentes, conforme se pode ver nos exemplos (14).

(14) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>noiva</i>	['nojvɐ]	<b>noiba</b>	['nojba]
<i>defeito</i>	[de'fejtu]	<b>difeitu</b>	[di'fejtu]
<i>pauta</i>	['pawtɐ]	<b>pauta</b>	['pawta]
<i>raiva</i>	['rajvɐ]	<b>raiba</b>	['rajba]

No concernente ao processo de monotongação, ainda há aquele que envolve ditongo decrescente **ão** [ãw], que, nas palavras adaptadas, passa para **on** [õn]. Em relação a este tipo de monotongação, pode-se supor que houve assimilação de [ã] para [õ] e em seguida a queda do glide [w], conforme é ilustrado em exemplos (15).

(15) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>balcão</i>	[baɫ'kãw]	<b>balkon</b>	[baɫ'kõn]
<i>diversão</i>	[diver'sãw]	<b>diverson</b>	[diver'sõn]
<i>oração</i>	[ora'sãw]	<b>orason</b>	[ora'sõn]
<i>atenção</i>	[atẽ'sãw]	<b>atenson</b>	[aten'sõn]
<i>lição</i>	[li'sãw]	<b>lison</b>	[li'sõn]
<i>carvão</i>	[kar'vãw]	<b>karbon</b>	[kar'bõn]

Segundo Teyssier (2082, p.39), a terminação em **ão** dos termos do português é derivada de **-an(-am)** e **-on(-om)**. Segundo Viaro (2011), a padronização das formas ditongadas em (ão), como atualmente acontece, é posterior à expansão portuguesa. Sendo assim, não se pode

descartar a hipótese de a terminação **-on** do guineense ser uma herança do português, embora não se tenham constado casos de terminações em **-an** no guineense

Importa referir-se que, como notamos anteriormente, não é raro se confrontar com realizações muito próximas do português, como é o caso da palavra *atenção*, que teve dois resultados, sendo pronunciada como **atenson** [aten'sõn] por um entrevistado e **atensão** [aten'sãw] por outro.

#### 4.7 BETACISMO

Betacismo é um processo segmental que consiste em realizar o [v] por [b], como por exemplo:

(16) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>palavra</i>	[pa'lavrɐ]	<b>palabra</b>	[pa'labra]
<i>valor</i>	[va'lor]	<b>balur</b>	[ba'lur]
<i>favor</i>	[fa'vor]	<b>fabur</b>	[fa'bur]
<i>conversa</i>	[kõ'versɐ]	<b>kombersa</b>	[kom'bersa]
<i>verdade</i>	[ver'dadɨ]	<b>bardadi</b>	[bar'dadi]
<i>vento</i>	['vẽtɔ]	<b>bentu</b>	['bentu]
<i>noiva</i>	['nojvɐ]	<b>noiba</b>	['nojba]

É possível supor que o betacismo ocorreu pelo fato de o guineense inicialmente não possuir a consoante fricativa labiodental sonora, [v], em seu inventário. Costa (2014, p.111) reforça tal suposição ao afirmar que “[...] no que concerne ao crioulo tradicional, os fonemas /z, v, ʎ, ʃ, ʎ/ estão excluídos do seu inventário fonológico.” Ainda sobre o segmento labiodental sonoro [v], Costa (2014) afirma que a sua ausência caracteriza alguns crioulos atlânticos e até nos crioulos em que a sua presença já é efetiva, ele aparece substituído por [b] em alguns itens antigos. É preciso, entretanto, tratar com alguma ressalva a questão de betacismo no guineense, sobretudo, em relação aos itens mais antigos, porque existem estudos, como Mattos & Silva (2006), por exemplo, que apontam para a realização de [b] em lugar de [v] no português arcaico. Portanto, é possível que o betacismo não tenha ocorrido no guineense e a palavra já tenha entrado com [b].

No *corpus* analisado, encontraram-se casos em que o [v] se manteve. Isso mostra que, com o passar de tempo, este segmento foi entrando no sistema da língua, tendo como exemplo



as seguintes palavras: *viver* [vi'veɾ] > **vivi** [vivi]; *divertir* [diver'tir] > **divirti** [di'virti]; *nuvem* ['nuvẽ̃] > **nuvem** ['nuvem]<sup>17</sup>; *nove* ['nɔvi] > **novi** ['novi], entre outras.

#### 4.8 AFRICATIVIZAÇÃO

Africativização é um processo que consiste em realizar um segmento como africado. No quadro de estudo de adaptações de empréstimos de português para o guineense, constataram-se três tipos de africativização, ou seja, passagem de [ʎ] para [dʒ]; [ʒ] para [dʒ] e [ʃ] para [tʃ], e seguem os respectivos exemplos, com a seguinte ordem: em (17), tem-se a adaptação de [ʃ] para [tʃ]; em (18), adaptação de [ʒ] para [dʒ] e, em (19), a adaptação de [ʎ] para [dʒ].

(17) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>chuva</i>	[ʃuva]	<b>tchuba</b>	[tʃuba]
<i>chorar</i>	[ʃo'rar]	<b>tchora</b>	[tʃora]
<i>chamar</i>	[ʃa'mar]	<b>tchoma/tchama</b>	[tʃoma] / [tʃama]
<i>chegar</i>	[ʃe'gar]	<b>tchiga</b>	[tʃiga]
<i>chave</i>	[ʃavi]	<b>tchabi</b>	[tʃabi]

(18) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>gente</i>	[ʒẽti]	<b>djinti</b>	[dʒinti]
<i>justiça</i>	[ʒus'tisɐ]	<b>djustisa</b>	[dʒus'tisa]
<i>jantar</i>	[ʒã'tar]	<b>djanta</b>	[dʒanta]
<i>findir</i>	[fĩ'zir]	<b>findji</b>	[fĩndʒi]
<i>juntar</i>	[ʒũ'tar]	<b>djunta</b>	[dʒunta]
<i>anjo</i>	[ãʒo]	<b>andju</b>	[andʒu]

(19) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>filho</i>	[fĩʎo]	<b>fidju</b>	[fidʒu]
<i>orelha</i>	[o'reʎɐ]	<b>oredja</b>	[o'redʒa]
<i>palha</i>	[paʎɐ]	<b>padja</b>	[padʒa]
<i>folha</i>	[foʎɐ]	<b>fodja</b>	[fodʒa]
<i>toalha</i>	[tu'aʎɐ]	<b>tuadja</b>	[tuwadʒa]

<sup>17</sup> A presença aqui da nasal bilabial [m], assim como a da nasal alveolar, acima referenciada, precisa de análise acústica para efeitos de confirmação.

A partir desses processos de africativização, conjectura-se que os segmentos que foram substituídos não faziam parte do sistema fonológico guineense, razão pela qual foram adaptados para segmentos disponíveis e que oferecessem a maior similaridade possível, como menciona Bandeira (2013). A proveniência dos segmentos africados no guineense gera alguma divergência de opinião entre os autores que defendem a origem nas línguas de substrato e os que defendem na língua de superstrato.

Couto (1994 apud COSTA 2014) defende a origem substratal das africadas [tʃ] e [dʒ]. Para ele, o período em que existiam estes segmentos no português é muito antes da era de expansão marítima e estes sons já teriam caído em desuso no período das grandes navegações, portanto, seria impropriedade acreditar que esses segmentos provêm do português. Por outro lado, Parkvall (2012, p. 52) defende que estes segmentos provieram do português seiscentista, argumentando que “[...] apenas as ocorrências de /tʃ/ que correspondem em português moderno à grafia <ch> - e não aquelas que são grafadas <x> ou <s> - são reanalisadas como /c/ [equivalente a /tʃ/] nos PCs [Crioulos Portugueses] da Alta Guiné (e as outras resultaram em /s/)”. Na sua obra sobre a história da língua portuguesa, Teyssier (1982, p. 45) afirma que a africada [tʃ] representada graficamente por <ch> viria a desaparecer em português só a partir do século XVIII, com a perda do seu primeiro elemento. Segundo o autor, este fato levou à confusão entre a fricativa [ʃ] e a africada [tʃ] grafada com <x>. Desse modo, não é possível afirmar com certeza a procedência das africadas em guineense. Ou seja, é possível que não tenha ocorrido um processo fonológico, com a africada já ocorrendo no português.

À semelhança do que acontece com o [v], foram encontrados casos de ocorrência de segmentos [ʎ] e [ʒ], os quais podem receber a mesma explicação: a entrada gradual destes sons na língua, conforme podemos ver nos exemplos a seguir: *orgulho* [or'guʎo] > **orguliu** [or'guʎu], *ilha* ['iʎə] > **ilia** ['iʎa]; *janela* [za'nelə] > **janela** [za'nela], *jovem* ['ʒovẽ] > **jovem** ['ʒovem], entre outras.

#### 4.9 ALÇAMENTO

Pode se considerar que ocorreu alçamento quando uma vogal com um certo grau de abertura passa a assumir uma forma fechada, segundo Viaro (2011). No caso de adaptação de empréstimos de português para o guineense, nota-se a predominância de alçamento das seguintes vogais:

## Alçamento da vogal [e] para a vogal [i]

(20) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>gente</i>	[ 'zɛ̃tɪ ]	<b>djinti</b>	[ 'dzinti ]
<i>dente</i>	[ 'dɛ̃tɪ ]	<b>dinti</b>	[ 'dinti ]
<i>segredo</i>	[ se 'gredɔ ]	<b>sigridu</b>	[ si 'gridu ]
<i>alguém</i>	[ aɫ 'gɛ̃ ]	<b>alguin</b>	[ al 'gin ]
<i>telha</i>	[ 'teɫɐ ]	<b>tidja</b>	[ 'tidʒa ]

## Alçamento da vogal [o] para a vogal [u]

(21) Português	Transcrição	Guineense	Transcrição
<i>pote</i>	[ 'pɔtɪ ]	<b>puti</b>	[ 'puti ]
<i>gosto</i>	[ 'gostɔ ]	<b>gustu</b>	[ 'gustu ]
<i>favor</i>	[ fa 'vor ]	<b>fabur</b>	[ fa 'bur ]
<i>jogo</i>	[ 'ʒogɔ ]	<b>djugu</b>	[ 'dzugu ]
<i>compor</i>	[ kɔ̃ 'pɔr ]	<b>kumpu</b>	[ 'kumpu ]
<i>romper</i>	[ rɔ̃ 'per ]	<b>rumpi</b>	[ 'rumpi ]

É possível também constatar alçamento da vogal média anterior na posição pré-tônica, é o caso de *segredo* [se'gredɔ] > **sigridu** [si'gridu]. O alçamento ocorre também em vogais com o traço nasal, como em: *alguém* [aɫ'gɛ̃] > **algin** [al'gin], *sentido* [sɛ̃'tidu] > **sintido** [sɪ̃n'tidu], *ordem* [or'dɛ̃] > **ordi** ['ordi], *homem* ['omɛ̃] > **homi** ['omi]. Repare-se que, nos dois últimos exemplos, além do alçamento, há a queda da consoante nasal e a vogal passa a ser oral.

É importante deixar claro que os alçamentos que levamos em consideração, tanto em (20) quanto em (21), foram os iniciais e/ou mediais e não os átonos finais, já que estes últimos já acontecem no português europeu, conforme aponta Teyssier (1982). Segundo o referido estudioso, “A realização [u] para tudo o que se escreve -o final (átono) é de regra no conjunto do território português da Europa, e também no Brasil. Encontra-se na base de todos os crioulos portugueses” (TEYSSIER, 1982, p.47).

#### 4.10 ENSURDECIMENTO

O processo de ensurdecimento consiste em tornar surdo um segmento sonoro. Esse processo ocorre com alguns empréstimos do português para o guineense, é o caso dos exemplos em (22).

(22) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>casa</i>	['kazɐ]	<b>kasa</b>	['kasa]
<i>mesa</i>	['mezɐ]	<b>mesa</b>	['mesa]
<i>fazer</i>	[fa'zɛɾ]	<b>fasi</b>	['fasi]
<i>rezar</i>	[re'zar]	<b>rasa</b>	['rasa]
<i>rapazinho</i>	[rapa'ziɲu]	<b>rapasihu</b>	[rapa'siɲu]

Para a discussão desse processo, podemos retomar a citação feita, anteriormente, de Costa (2014), na qual a autora afirma que certos segmentos do português europeu não faziam parte do inventário do guineense inicialmente e, entre os sons indicados, está o fricativo alveolar sonoro [z].

Importa, no entanto, notar que o segmento fricativo alveolar sonoro [z], a par de [ʒ, ʎ, v], já vai fazendo parte do inventário do guineense, conforme os exemplos que se seguem: *cozinhar* [kozi'ɲar] > **kuzinha** [ku'ziɲa], *rapazinho* [rapa'ziɲu] > **rapasihu** [rapa'ziɲu], *mesa* ['mezɐ] > **meza** ['meza], *razão* [ra'zãw] > **rozon** [ro'zon]. É possível encontrar, assim, variação entre a consoante surda [s] e a sonora [z], como nas palavras que significam *rapazinho* e *mesa*.

#### 4.11 METÁTESE

Metátese é um processo em se verifica a troca de posição de um segmento num vocábulo. No guineense, se verificou este processo com o segmento [r], conforme os exemplos a seguir:

(23) <i>Português</i>	<i>Transcrição</i>	<i>Guineense</i>	<i>Transcrição</i>
<i>trabalho</i>	[tra'balu]	<b>tarbadju</b>	[tar'badʒu]
<i>crescer</i>	[kre'sɛɾ]	<b>kirsi</b>	['kirsi]
<i>preguiça</i>	[pre'gisa]	<b>pirguisa</b>	['pirgisa]

<i>agradecer</i>	[agrade'ser]	<b>gardisi</b>	['gardisi]
<i>promessa</i>	[pro'mesə]	<b>purmesa</b>	[pur'mesa]
<i>escrever</i>	[eskre'ver]	<b>skirbi</b>	['skirbi]

Com base nos dados encontrados no *corpus* da pesquisa, não é possível conjeturar que o guineense não possuía onsets complexos, dado que foram encontrados exemplos com essa estrutura silábica, como: *preço* ['presɔ] > **pres** ['pres], *entrar* [ẽ'trar] > **entra** ['jentra], *abrir* [a'briɾ] > **iabri** ['jabri], *empregar* [ẽpre'gar] > **imprega** [im'prega], *estrela* [es'trelə] > **strela** ['strela]. Assim, outra razão deve ter condicionado o processo.

A seguir à análise dos dados, em que se chegou a conclusão de que realmente os processos de adaptação seguem as restrições no guineense, o capítulo seguinte apresenta as considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados por meio de análise de dados na execução deste trabalho permitem concluir a existência de restrições do guineense, que orientaram alguns processos de adaptações de empréstimos do português europeu para o guineense. Destaque-se, neste caso, o processo de apagamento de [r] da coda final nos itens verbais, como em *limpar* [lĩ'par] > **limpa** ['limpa], *cobrir* [ko'brir] > **kubri** ['kubri]. Enquanto isso, observou-se que tal não é o caso das palavras nominais terminadas [r], em que a consoante final é mantida, como em *favor* [fa'vor] > **fabur** [fa'bur], *calor* [ka'lor] > **kalur** [ka'lur]. Conclui-se também que a ocorrência de processos como betacismo: *conversa* [kõ'versə] > **kombersa** [kom'bersa]; ensurdecimento: *fazer* [fa'zɛr] > **fasi** ['fasi]; africativização: *chuva* ['ʃuvə] > **tchuba** ['tʃuba], *gente* ['ʒɛti] > **djinti** ['dʒinti], *filho* ['fiʎo] > **fidju** ['fidʒu]; deve-se ao fato de os segmentos [z v ʃ ʒ ʎ] existentes no português europeu não fazerem parte do sistema fonético-fonológico do guineense antigo, fato também confirmado por Costa (2014). Ao olhar para o guineense atual, através dos nossos entrevistados, pôde-se constatar, com base nos dados analisados desta pesquisa, a existência de relações alofônicas entre consoantes na adaptação de certos empréstimos. Por exemplo, as fricativas alveolares vozeada e a desvozeada [z] e [s] são alofones, *mesa* > **mesa** ou **meza** ['mesa] ou ['meza]. Dessa forma, não é raro perceber variantes fonéticas entre palavras por parte dos falantes do guineense.

Além disso, a pesquisa conseguiu constatar ocorrências sistemáticas em alguns processos de nativização de termos de português na formação do guineense, como é o caso de aférese: *estudante* [estu'dãti] > **studanti** [stu'danti], *enterro* [ẽ'terɔ] > **n'teru** ['nteru], *empate* [ẽ'pati] > **m'pati** ['mpati]; prótese: *entra* [ẽ'tra] > **ientra** ['jentra], *andar* [ã'da] > **ianda** ['janda], *abrir* [a'brir] > **iabri** ['jabri]; síncope: *parecer* [pare'sɛr] > **parsi** ['parsi], *desejar* [deze'ʒa] > **disdja** ['dizdʒa], *começar* [kome'sa] > **kumsa** ['kumsa]; entre outros processos.

Espera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa sirvam de ponto de partida para realização de mais trabalhos de análises de outros processos no nível fonético-fonológico do guineense. Da mesma forma, ela poderá estimular interesse para olhar para outros aspetos da língua, como o padrão acentual dos itens verbais e a estrutura silábica, aspectos mencionados brevemente nesse estudo por não serem o escopo da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente, **O desafio do escomburo: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução Fonológica e Lexical do Protocrioulo do Golfo da Guiné**. 2016. 440f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BANDEIRA, Manuele. **A adaptação de empréstimos recentes no papiamentu moderno**. 2013. 245f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CARVALHO, Nelly. **Empréstimos linguísticos na língua portuguesa**; São Paulo: Cortez, 2009
- COSTA, Paula Mendes. **Descrição fonológica do crioulo guineense**. 2014. 242f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: um país de CPLP, Brasília, n. 20, **Papia**, 2010.
- FREITAS, Shirley; BANDEIRA, Manuele; ARAUJO, Gabriel Antunes. A adaptação de palavras do português para o papiamentu. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v.16, n.2, p.433-455, jul./dez. 2014.
- FREITAS, Myrian Azevedo de; NEIVA, Aurora M. S. Estruturação silábica e processos fonológicos no inglês e no português: empréstimos e aquisição. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 4, n. 7, agosto de 2006.
- HAUGEN, E. *Dialeto, língua, nação*. In: BAGNO, M. **Norma Linguística**. São Paulo: Ed. Loyola. 2001. p. 97-114.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. p.540.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)**. Bissau. n. 6. 2009.
- INTUMBO, Incanha. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**/ Incanha Intumbo. Faculdade de Letras : Universidade de Coimbra - 2007.
- LUCCHESI, Dante. **Línguas em contato**/ Dante Lucchesi. CNPq 2003.
- OLIVEIRA, Aline de Jesus Farias. **O Apagamento do rótico na (re)organização silábica**. Dissertação (Mestrado em Letras), Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgília. **O Português Arcaico** – *fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

PARKVALL, Mikael. **Da África para o Atlântico**. Tradução Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PETTER, Margarida. **Introdução à linguística africana**/ organizado por Margarida Petter. – São Paulo: Contexto, 2015.

PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago)**. 2002. 136f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

RICHTER, Lara Bertazzo; AGOSTINHO, Ana Livia (2017). **Adaptação de Empréstimos de Origem Japonesa no Português**: uma análise preliminar. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, vol.3, n. 13.

ROUGÉ, Jean Luis, Uma Hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. Bissau, **Revista Soronda**, 2, 1986.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do guineense, volume II – Dicionário guineense-português**. Bissau/Bubaque: Edições FASPEBI, 2002.

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau**: história, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nadyala, 2010.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Tradução: Celso Cunha, Martins Fontes, 1982.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.



## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Termo de livre consentimento livre e esclarecido

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Instituto de Humanidades e Letras (Campus dos Malês – BA)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_  
 País ou responsáveis (no caso de menor de 18 anos): \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
 BI: \_\_\_\_\_ Data nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data da gravação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Nome do Pesquisador Principal:** Mamadu Baciro Baldé

1. **Objetivo do estudo:** A presente pesquisa tem o objetivo de analisar alguns processos fonológicos do guineense.
2. **Justificativa:** A partir das respostas aos questionários, o presente estudo permitirá conhecer melhor a fonologia do guineense, o que é bastante relevante dado que há poucos estudos sobre essa temática. Além disso, ao realizar o estudo não tendo o português como modelo, será possível mostrar que o guineense é uma língua independente do português, com suas regras e padrões próprios.
3. **Procedimentos:** Em virtude do isolamento imposto pela pandemia, os alunos enviarão as gravações para o pesquisador através do programa Whatsapp. Assim sendo, os participantes não terão necessidade de se deslocar para participar da pesquisa.
4. **Riscos e desconfortos:** A pesquisa não acarretará nenhum risco imediato ou futuro (moral/físico) aos participantes.
5. **Benefícios:** A participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento sobre o sistema silábico do guineense.
6. **Direitos do participante:** Os participantes podem se retirar deste estudo a qualquer momento, sem sofrer nenhum prejuízo e terem direito de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Para tanto, basta entrar em contato com o pesquisador responsável.
7. **Compensação financeira:** Não existirão despesas e/ou compensações financeiras relacionadas à participação no estudo.
8. **Incorporação ao banco de dados do pesquisador:** Os dados obtidos com a participação, na forma de questionários, serão armazenados pelo pesquisador, que zelará pelo uso e aplicabilidade das respostas exclusivamente para fins científicos.
9. **Confidencialidade:** Os resultados deste estudo poderão ser publicados em revistas científicas ou apresentados em congressos científicos, sem que a identidade dos participantes seja revelada.
10. **Dúvidas:** Em caso de dúvidas, os participantes podem entrar em contato com a pesquisadora responsável por esta pesquisa (Mamadu Baciro Balde) pelo e-mail *mambass45@hotmail.com*.

Eu compreendo meus direitos como um sujeito de pesquisa e voluntariamente consinto em participar deste estudo e em fornecer as respostas aos questionários. Compreendo o tema e a justificativa do estudo, os procedimentos que serão adotados, os possíveis riscos e desconfortos, a relevância de minha participação para a pesquisa científica, os meus direitos e as garantias de confidencialidade. Receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do sujeito participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

**APÊNDICE B – Dados pessoais dos entrevistados****DADOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS**

**Nome:**

**Idade:**

**Primeira Língua:**

**Região em que vivia na Guiné-Bissau:**

**Quais línguas você fala?**

**A qual grupo étnico você pertence?**

**Você fala a língua do grupo?**

**Onde você aprendeu português?**

**Quando você aprendeu português?**

**Em qual língua você tem mais afinidade para comunicação?**

**Qual é a língua que você mais utiliza?**

**Está aprendendo alguma língua? Qual?**

**Tem alguma língua que você entende, mas não fala? Qual?**